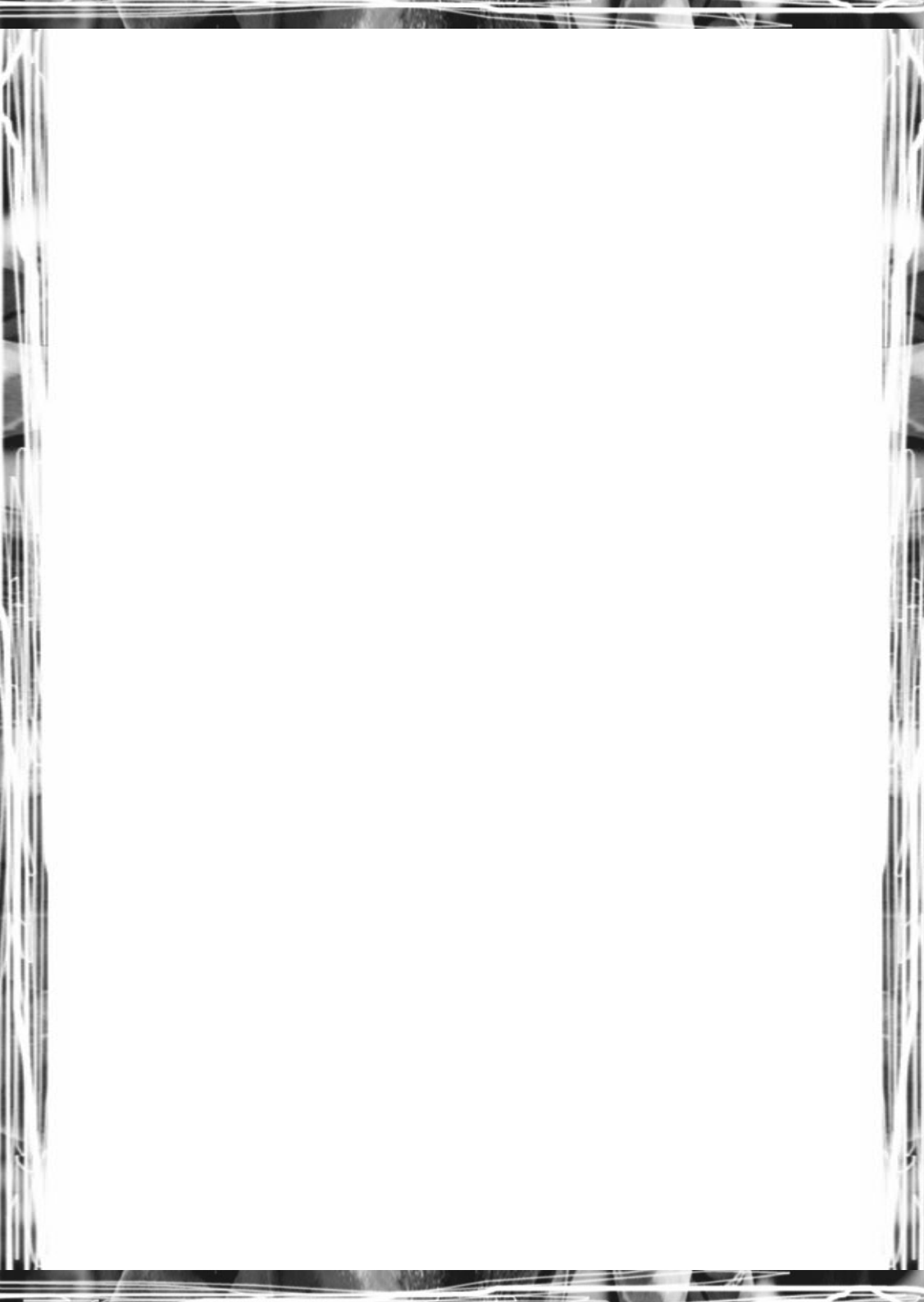


*Inventário Cultural
Pataxó*



**Tradições do povo Pataxó
do Extremo Sul da Bahia**



Inventário Cultural Pataxó: tradições do povo Pataxó do Extremo Sul da Bahia

Projeto “Promoção da Cultura Pataxó para o Etnodesenvolvimento”

Instituto Tribos Jovens

Iane Rodrigues Petrovich Gouveia

Diretora Executiva

Analia David

Gestora de Projetos

Joselito Rufino dos Santos

Monitor Indígena do Projeto

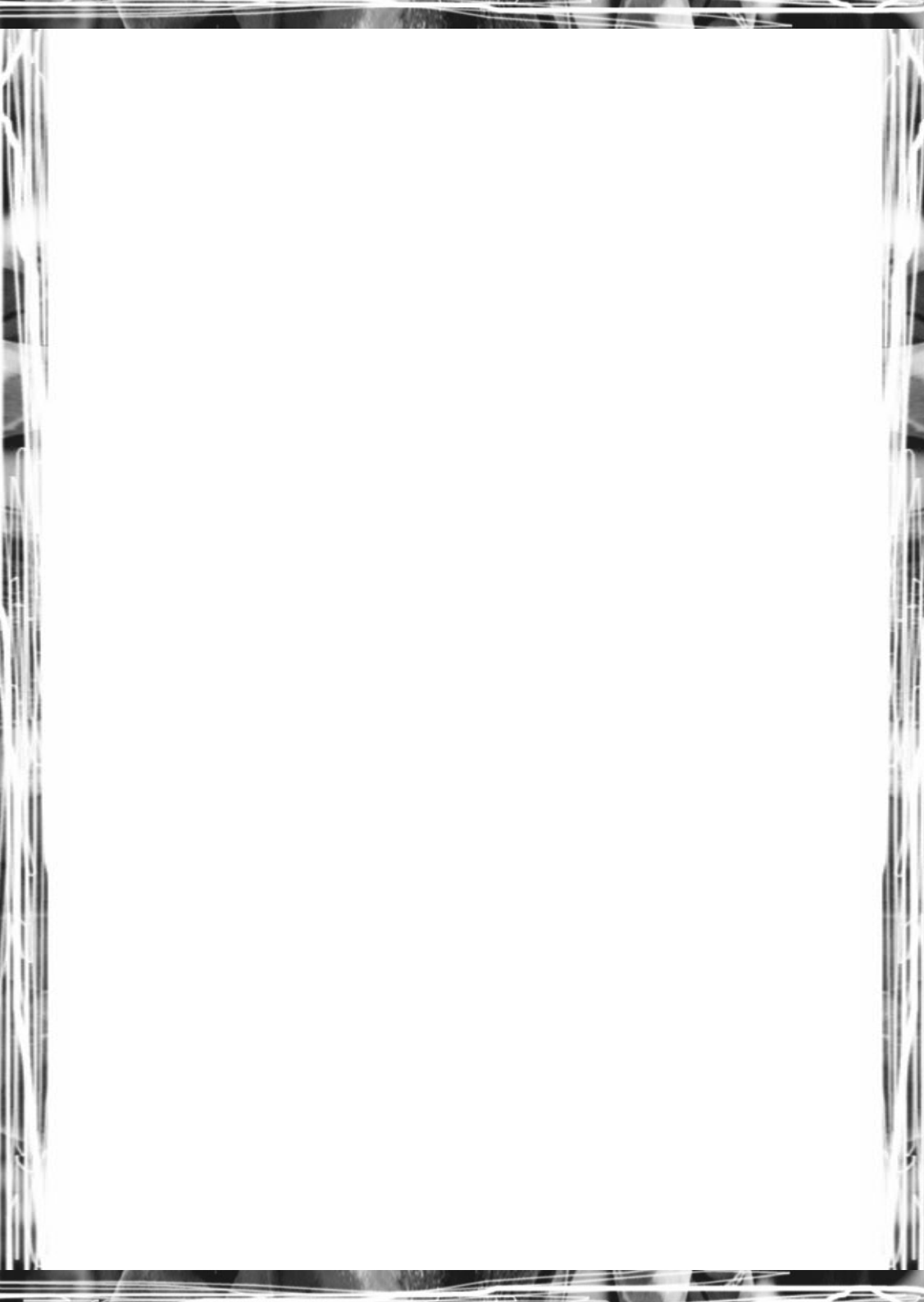


Projeto financiado pela
União Europeia



Executado por
Instituto Tribos Jovens

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade do Instituto Tribos Jovens, parceiro executor do Projeto “Promoção da Cultura Pataxó para o Etnodesenvolvimento”, e não reflete obrigatoriamente a opinião da União Europeia.



Inventário Cultural Pataxó: tradições do povo Pataxó do Extremo Sul da Bahia



Realização da Pesquisa:

Grupo de Pesquisa da Língua e História Pataxó – ATXOHÁ

Parceiro apoiador:

Instituto Tribos Jovens

Consultoria especializada:

Instituto Portosegurense de Educação e Cultura - IPEC.

Apoio:

Pontos de Cultura Pataxó de Aldeia Velha e Reserva da Jaqueira/Coroa Vermelha e as Escolas indígenas de Barra Velha, Coroa Vermelha e Aldeia Velha.

Pesquisadores:

Bianca Arruda; Clarivaldo Ferreira (Ajurú Pataxó); Francisco Eduardo Torres Cancela; Jabes Ferreira Alves (Jwaty Pataxó); e Leticia dos Santos (Ykytaynaha Pataxó). Contribuições de Fabiana, Lauro e Paty, do Ponto de Cultura Pataxó de Aldeia Velha, e Apurinã, Birai, Charles, Cleber, Erilson, Graziane, Hézio, Itanajé, Weder, participantes da Oficina saberes e fazeres da cultura Pataxó.

Entrevistados:

Na Aldeia Pataxó Barra Velha: Aloysio R. dos Santos, Conceição S. F. dos Santos, Pedro F. dos Santos, Ildina C. Ferreira, Maria Bernada C., Erlânio dos S. Alves, Apurinan Braz Borges, José Matias Ferreira, Romildo A. F. dos Santos (cacique Romildo), Rosa Maria Soares, Isael M. dos Santos, Delzita Rosa Almeida, Luis C. Ferreira, José Graciano Alves e João Graciano Conceição.

Na Aldeia Velha Pataxó: Rodrigo M. Guedes, Rosalvo R. dos Santos, Felipe Bispo da Conceição, Joselito R. dos Santos, Helder Medeiros da Pena, Maria D’Ajuda Alves da Conceição e Antonio Lopes Santana.

Na Aldeia Pataxó Coroa Vermelha: Indiara Ferreira dos Passos, Pedro da A. Miranda, Amilton A dos Santos, Benedito A. do E. Santos, Rosa N. do E. Santos, Jocelia Alves dos Santos, Rosinete P. e Alberto do E. S. Matos (Itambé).

Fotografias:

Acervos do Ponto de Cultura Pataxó de Aldeia Velha e Reserva da Jaqueira/Coroa Vermelha; Instituto Tribos Jovens e Oficina saberes e fazeres da cultura Pataxó; UNICEF/BRZ/ João Ripper.

Montagens das fotos:

Iuri Clauton

Ilustração da capa:

Fernando Santana Carvalho (Oiti Pataxó).

Revisão Final:

Beth Stifelman, Iane R. Petrovich Gouveia, Clara Crepaldi e Lirian Monteiro, Analia David.

Povo Pataxó. Inventário Cultural Pataxó: tradições do povo Pataxó do Extremo Sul da Bahia. Bahia: Atxohã / Instituto Tribos Jovens (ITJ), 2011.

112 pp.

1. Pataxó – Bahia. 2. Povos indígenas. 3. História. 4. Cultura. 5. Autonomia. I. Coordenação de Pesquisa da Língua e História Pataxó – ATXOHÃ.

SOBRE O INSTITUTO TRIBOS JOVENS - ITJ

O ITJ foi idealizado durante o I Encontro das Tribos Jovens em 1998, e constitui uma organização da sociedade civil de caráter educativo e cultural, sem fins lucrativos, instituída formalmente em 2001. Nosso objetivo social principal é contribuir para o desenvolvimento integrado e sustentável da região do Extremo Sul da Bahia, a partir da criação e do monitoramento de atividades destinadas à convivência multicultural, cidadã, empreendedora e solidária, para a melhoria da qualidade de vida das pessoas que compõem os diferentes grupos étnicos brasileiros.

Ao longo de 13 anos, atuamos com os povos indígenas da Bahia, em especial com a etnia Pataxó, com representantes das aldeias de Barra Velha, Coroa Vermelha, Boca da Mata, Mata Medonha e Aldeia Velha presentes desde a fundação do Instituto, tanto no Conselho Deliberativo e Fiscal, quanto na Equipe Técnica. O Instituto também mantém parcerias com outras 12 etnias indígenas presentes no Brasil e realiza atividades em conjunto com comunidades diversas nas áreas social, cultural, ambiental e educacional. Promovemos programas e projetos de educação, saúde, cidadania e direitos humanos em prol do desenvolvimento cidadão participativo e inclusivo.

INSTITUTO TRIBOS JOVENS

SOBRE A COORDENAÇÃO DE PESQUISA DA LÍNGUA E HISTÓRIA PATAXÓ – ATXOHÃ

Pataxó, povo que tinha grande habilidade em atirar flechas. Na mata, sabia se defender como ninguém. Povo guerreiro que após séculos de contato forçado com os não indígenas ainda mora em aldeias – muito diferentes das de antes, é claro, até porque era nômade – e ainda preserva muitas lembranças do passado de luta e permanece lutando bravamente para continuar a existir enquanto povo.

Alguém pode até ficar pensando: por que um povo considerado agressivo foi convencido a deixar de lado sua cultura, sua língua e suas tradições? Será que foi vencido pelas perseguições diversas, calou, cansou da luta e abandonou valores e ideais? E até mesmo poderão afirmar: a língua pataxó está morta. Pataxó deixou sua língua para lá e aprendeu a língua do colonizador, e por aí vai.

Não é verdade. Para entendermos porque a língua pataxó ficou adormecida, é importante lembrar e considerar várias coisas. Porque a nossa língua não foi perdida como dizem. A língua pataxó está no nosso dia a dia. Tentaram tirar o direito de continuarmos falando a nossa língua. Fomos aldeados à força, mas nem tudo foi perdido de nossa língua antiga! Pois com a ajuda resistente dos mais velhos, foi possível preservar nas memórias musicais e no uso diário uma quantidade de palavras de grande valor para nós.

A língua que falávamos antigamente, com certeza, é da família de línguas Maxakali, pertencente ao tronco Macro-Jê. Ainda hoje é possível fazermos comparação de sons e significados iguais entre as duas línguas. Podemos afirmar então que havia semelhanças não só nas línguas, mas também nos costumes desses povos.

Há pouco tempo atrás, nós, educadores e lideranças Pataxó, preocupados em manter o nosso jeito de ser Pataxó e afirmar nossos costumes, nos convencemos de nosso papel de organizadores de nossa sociedade e passamos, de forma independente, a fazer estudos mais detalhados sobre nossa língua. Depois de muito estudo, apesar de não

sermos conhecedores de linguística, porém levados por grande desejo de descoberta e de aprender tudo sobre a nossa língua, passamos a chamar nossa língua de 'patxohã' para marcar nosso trabalho. 'Patxohã' porque 'pat' são as iniciais da palavra 'pataxó'; 'atxohã' significa 'língua'; 'xôhã' é 'guerreiro'. Ou seja, linguagem de guerreiro.

Para chegar ao resultado que temos hoje, desde 1998, começamos a fazer a pesquisa em Barra Velha e na Aldeia Coroa Vermelha. Em 1999, elaboramos um pequeno projeto para conseguir dinheiro em apoio ao trabalho de Pesquisa da História, Cultura e Língua Pataxó. Depois que coletamos várias informações junto aos nossos velhos de diversas aldeias, em documentos de pesquisadores e relatos de viajantes, criamos um grupo de estudos para analisar e propor uma forma de utilizarmos esses materiais.

Podemos destacar as coisas boas que conseguimos com nosso trabalho de pesquisa: elaboramos um vocabulário que inicialmente não passava de 200 palavras que eram conhecidas pela grande maioria da população. Depois de aplicarmos critérios rigorosos, criados por nós mesmos, atualmente dispomos de um vocabulário com mais de 2500 palavras. Além disso, passamos a pensar numa maneira de organizar a linguagem falada e a escrita no nosso dia a dia. Foi assim que foi possível começar a ensinar na escola o que aprendemos.

Dentre as palavras que foram coletadas entre os mais velhos, foram achadas várias palavras que eram de origem de outras línguas e troncos linguísticos. Para entendermos como esta mistura ocorreu, de acordo com os mais velhos, a Aldeia Barra Velha era considerada um ponto de encontro e passagem de vários povos. Por isso, a língua era levada e trazida. Por outro lado, de acordo com a história, sabemos que os Pataxó e outros povos foram retirados de seus territórios originários e obrigados a se aldearem em Bom Jardim, atual Aldeia Pataxó Barra Velha, num espaço limitado, o que poderia também explicar a diversidade de palavras faladas pelo nosso Povo que, na verdade, também são palavras de outros povos.

Sabemos das dificuldades e das limitações que enfrentamos no trabalho com a língua Patxohã, se assim podemos chamá-la. Mas acreditamos que ao tentar fazer a revitalização da língua Pataxó estaremos sempre pensando no nosso jeito de ser Pataxó. Não porque achamos que para alguém ser índio é preciso saber falar uma língua indígena.

Acreditamos que a língua é importante porque ela carrega muitos segredos e valores de um povo. A língua leva um povo a fazer mais resistência às mudanças de costumes – isso é verdade.

Desde 2003, estamos usando a escola, nas aldeias Barra Velha e Coroa Vermelha, para começar a fazer um trabalho de reaprendizado de nossa língua Pataxó e temos tido ótimos resultados. Temos sempre a cobrança de pessoas de outras aldeias Pataxó pedindo para ajudá-los a começar a ensinar a língua indígena na comunidade. Muito nos anima, pois sabemos que não basta só trabalhar a língua na escola. É preciso que seja usada no dia a dia da comunidade, valorizada. Para que a língua patxohã ganhe vida e significado novamente é preciso que todos na aldeia colaborem neste processo.

Sabemos o que queremos: preservar a nossa língua. Para nós, está lançado o desafio. Tem gente por aí que acha que é impossível. Nós, Pataxó, acreditamos.

COORDENAÇÃO DE PESQUISA DA LÍNGUA E HISTÓRIA PATAXÓ – ATXOHÃ

AGRADECIMENTOS

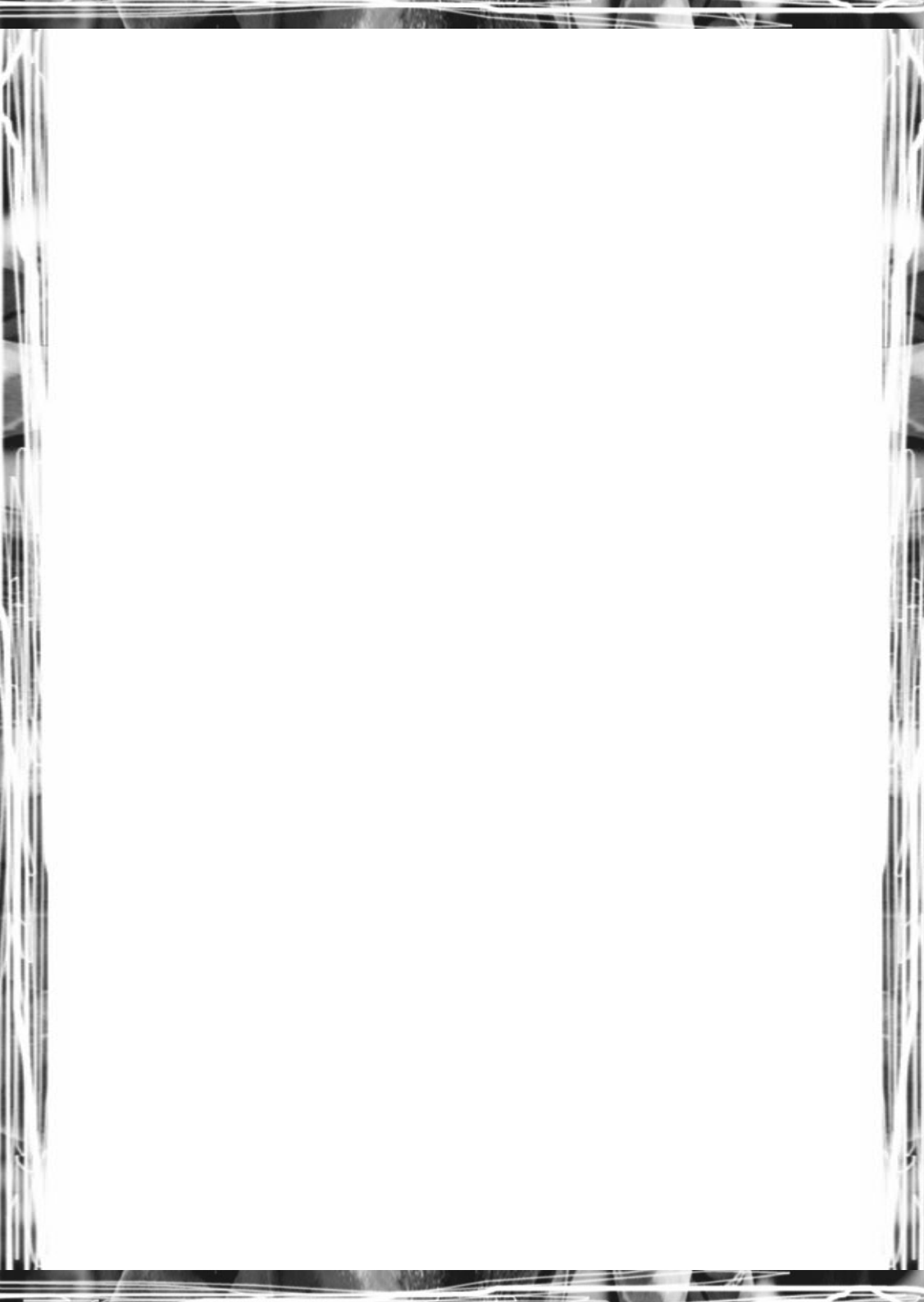
Parte do material dessa pesquisa foi coletado durante a Oficina Saberes e Fazeres da Cultura Pataxó, realizada entre os dias 31 de janeiro e 4 de fevereiro de 2011, na Aldeia Mãe Barra Velha. Agradecemos imensamente a contribuição de todos/as os/as participantes, em especial, Paty, Fabiana e Lauro, monitores que trabalham no Ponto de Cultura Pataxó de Aldeia Velha. Agradecemos também ao Cacique Romildo e família, Jabes e Pi, Itanajé, Hézio, Graziane, Weder, Apurinan, Charles, Cleber, Biraí, Erilson, Aripotxe e Raoni e os makiames Maria Coruja, seu Zeca, Tururim, Conceição, Luís, Urubu, seu João da Isca, Zé Baixinho e família, seu João Domingos, Malasartes e Rosa.

Em Coroa Vermelha, agradecemos ao Cacique Aruã, ao pajé Itambé, Dona Rosa, Pedro, Jandaia, Kapimbará, Rose, Arauí e ao Museu da História Indígena pelo apoio às atividades de pesquisa e entrevistas concedidas. Na Aldeia Velha, agradecemos igualmente ao Cacique Urubaia, aos professores Angelo e Ehnã, S. Luís Caixeiro e à pajé Jaçanã, além dos já citados Paty, Fabiana e Lauro.

Agradecemos também ao Escritório Técnico da 7ª. SR IPHAN – Porto Seguro por apoiar nossas atividades de pesquisa e à equipe do ITJ pelo suporte nessas atividades.

Por fim, cabe destacar que a qualidade de todo estudo antropológico depende da qualidade dos dados coletados e do tempo disponível para esse fim. No prazo de três meses de desenvolvimento desse trabalho, só foi possível um resultado aceitável devido ao apoio de todos e todas que nos concederam não somente informações, mas também entusiasmo para realizar essa tarefa.

A vocês, muito obrigado!
Awêry!



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 - Notas Sobre a História dos Pataxó do Extremo Sul da Bahia.....	19
- Os sertões da antiga Capitania de Porto Seguro: um território tradicionalmente ocupado pelos índios Pataxó.....	19
- Um cerco “de paz” aos índios dos sertões: o projeto colonial pombalino e a tentativa de integração dos “índios bravos”.....	23
- Um cerco de guerra aos índios dos sertões: o combate aos “índios inimigos”.....	26
- O aldeamento dos “índios selváticos”: a criação de Barra Velha, a integração forçada dos índios e a expropriação da terra indígena.....	31
- A criação do Parque Nacional do Monte Pascoal: a política do Estado e a política dos índios.....	36
- Da diáspora à retomada do território Pataxó.....	39
2 - Os Pataxó Contemporâneos.....	45
- Localização, dados demográficos e aspectos fundiários.....	46
- Atividades econômicas.....	50
- Organização social e política.....	50
- Língua: o patxohã.....	52
3 - Aspectos da Cultura dos Pataxó do Extremo Sul da Bahia: Saberes e fazeres.....	59
- Medicina tradicional.....	59

- Formas de habitação.....	65
- Pesca.....	69
- Comidas e bebidas.....	70
- Artesanato.....	75
- Jogos e brincadeiras.....	83
- Rituais, cantos e danças.....	89
- Histórias e Narrativas Pataxó.....	95
- Pinturas corporais.....	99
- Celebrações.....	100
- Lugares.....	104
Referências Bibliográficas.....	107
Para Saber Mais.....	109

INTRODUÇÃO

A publicação do Inventário Cultural Pataxó é fruto de uma parceria exitosa entre o Instituto Tribos Jovens (ITJ) e o povo Pataxó, numa atividade que integrou o projeto “Promoção da Cultura Pataxó para o Etnodesenvolvimento” financiado pela União Europeia (UE). Esta pesquisa histórica e antropológica foi realizada em conjunto por profissionais do ITJ, IPEC e uma equipe de pesquisadores indígenas, incluindo jovens formados pelo projeto, sob supervisão da Coordenação de Pesquisa da Língua e História Pataxó - ATXOHÃ, que atua há mais de dez anos realizando pesquisas e registros dessa população. O presente trabalho também contou com a colaboração valiosa do Instituto Portosegurense de Educação e Cultura (IPEC), do Ponto de Cultura Saberes e Fazeres da Cultura Pataxó de Aldeia Velha e das escolas indígenas de Barra Velha, Coroa Vermelha e Aldeia Velha.

O Inventário é resultado das pesquisas Levantamento dos Saberes e Fazeres Pataxó e Pesquisa Histórica e Cultural, que teve como objetivo principal identificar e documentar a história, a forma de organização social e política, as atividades econômicas, a língua e, mais detidamente, os bens culturais materiais e imateriais da população Pataxó na atualidade. Ele traz informações sobre a história dos índios do Extremo Sul da Bahia e sobre a cultura Pataxó, demonstrando a historicidade da cultura e revelando o patrimônio cultural dos índios, cujo resultado é um retrato do que vem sendo vivenciado nas aldeias Barra Velha, Aldeia Velha e Coroa Vermelha/ Reserva da Jaqueira em seus cotidianos.

O Inventário apresenta alguns aspectos históricos e culturais. A pesquisa histórica teve como objetivo analisar a história dos índios do Extremo Sul da Bahia, identificando sinteticamente os processos de mudanças sociais e culturais vividos desde a colonização até os dias atuais.

Foi uma atividade fundamental entender como os Pataxó conseguiram resistir às diversas tentativas de assimilação cultural e integração à sociedade nacional por meio da elaboração e execução de diferentes políticas indígenas, possibilitando aos índios a reelaboração de sua cultura, a reconstrução de suas identidades, a ampliação de suas redes de solidariedade e a sua permanência física e cultural enquanto grupo social.

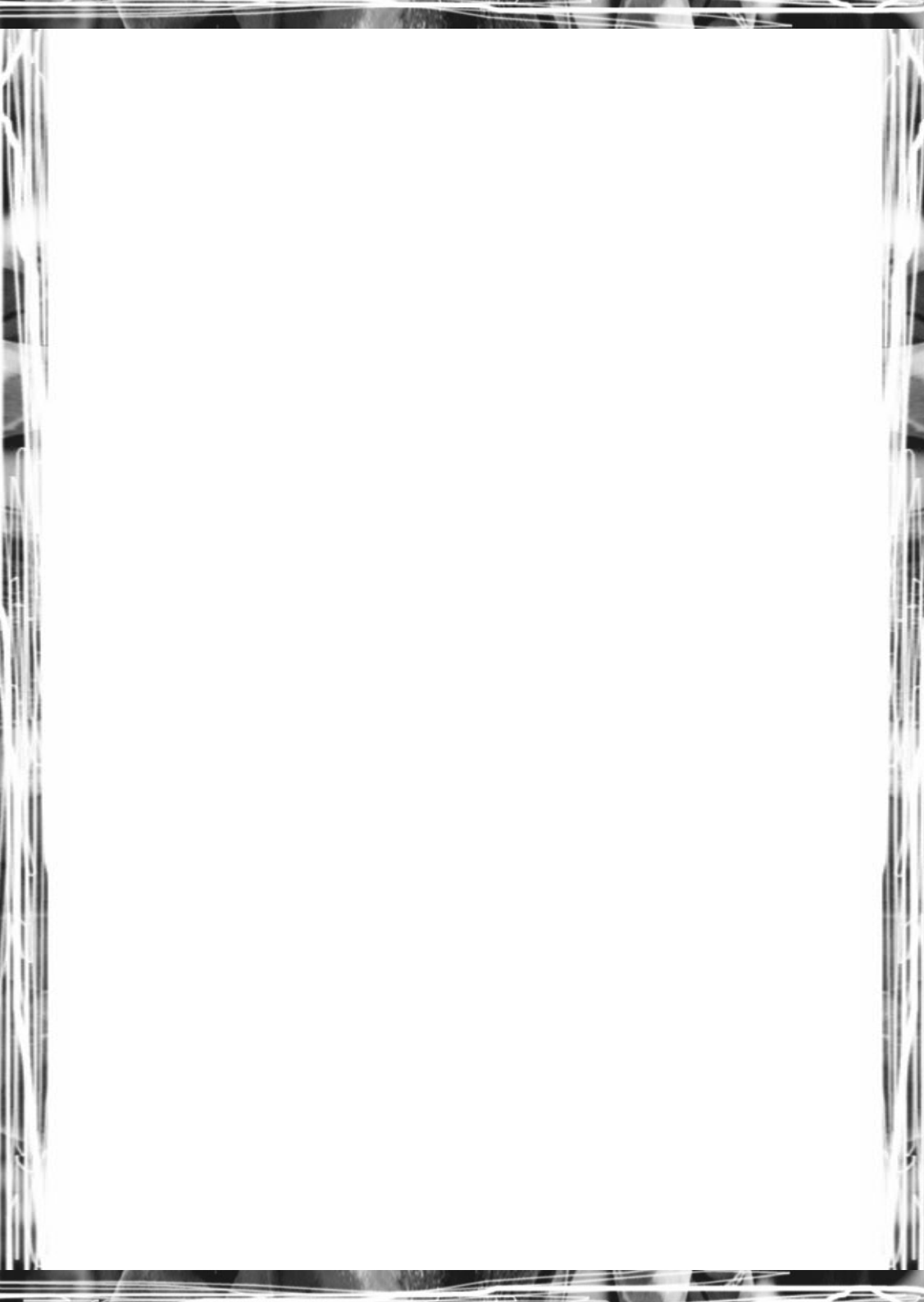
Já a pesquisa antropológica catalogou as principais manifestações, tradições, rituais, memórias e saberes da cultura Pataxó. As temáticas se encontram divididas em duas sessões, com as respectivas subdivisões: 2. Breve caracterização dos Pataxó contemporâneos: organização social e política; atividades econômicas; e língua. 3. Aspectos da cultura dos Pataxó do Extremo Sul da Bahia: saberes e Fazeres: medicina tradicional; comidas; habitação; modos de expressão (artesanato; cantos; danças, histórias e pinturas corporais); celebrações e lugares.

Com esse documento, espera-se contribuir para uma melhor divulgação das principais manifestações, tradições, rituais, memórias e saberes da cultura Pataxó para as 25 aldeias existentes no Extremo Sul da Bahia, assim como a disseminação da cultura indígena para os não-índios, como instrumento pedagógico para a implantação da Lei Federal 11.645/08 que determina a inclusão das temáticas “História e Cultura Afro-brasileiras e Indígenas” no currículo oficial da rede de ensino brasileira. Este inventário vem coroar ainda mais essa relação de respeito à diversidade cultural dos povos indígenas, bem como a defesa dos seus direitos. Desejamos a todos uma boa leitura!

Iane Rodrigues Petrovich Gouveia
Diretora Executiva - ITJ



*Notas sobre a História
dos Pataxó
do Extremo Sul da Bahia*



1 - Notas sobre a História dos Pataxó do Extremo Sul da Bahia¹

O presente texto tem por objetivo apresentar uma síntese da trajetória histórica dos índios Pataxó do Extremo Sul da Bahia. A proposta não é apresentar uma história total desse grupo indígena, mas apenas destacar os episódios de maior referência documental e histórico-cultural, apresentando recortes temporais importantes para reflexão sobre as políticas indígenas e indigenistas construídas nesses mais de 510 anos de contato.

Os sertões da antiga Capitania de Porto Seguro: um território tradicionalmente ocupado pelos índios Pataxó

O Monte Pascoal, nosso Pé de Pedra, é terra indígena, baliza de nossa história, salão de nossas festas, altar e memória de nossos antepassados. Terra que representa o canto do paihó, sossego da onça pintada, o som da sabiá, o tinir da araponga, a sombra do jequitibá e tantas outras formas de vida da Mata Atlântica que queremos preservar, como sempre fizemos.²

Em 19 de agosto de 1999, os índios Pataxó escreveram uma importante página da sua história. Depois de quase 500 anos de um longo processo de invasão das suas terras, os Pataxó retomaram a principal referência geográfica, simbólica e histórica de seu território: o Monte Pascoal. A retomada aconteceu após três dias de reflexões e discussões realizadas na reunião do Conselho de Caciques Pataxó, que foi sediada na aldeia Boca da Mata e teve como principal tema a luta pelo direito à demarcação das terras indígenas. Através da Carta do Povo Pataxó às Autoridades Brasileiras, os índios argumentaram que o Parque Nacional do Monte Pascoal foi criado

¹ Texto elaborado pelo historiador Francisco Cancela, após pesquisa documental e realização de oficina de pesquisa histórica com índios Pataxó.

² Professores Indígenas: Povo Pataxó. Leituras Pataxó: raízes e vivências do povo pataxó nas escolas/ Secretaria de Educação. Salvador: MEC/ FNDE/ SEC/ SUDEB, 2005.

nos limites de suas terras, o que lhes dava o direito de “imediatamente retomar” o seu território, sob a proteção jurídica do “direito constitucional” e amparo inquestionável da “memória dos antepassados”.

O apelo à memória dos antepassados como um instrumento comprobatório da longínqua presença dos Pataxó no entorno do Monte Pascoal representa mais do que um simples artifício retórico. Trata-se, isto sim, da valorização e instrumentalização política da tradição oral, possibilitando a construção de “pontes” entre o presente e o passado do povo Pataxó, sobretudo através das lembranças, dos mitos e dos cantos transmitidos pelos mais velhos às novas gerações. No uso dessas memórias, os Pataxó reconstruíram, no presente, os fragmentos que justificaram a luta pela retomada do seu território, como demonstra a narrativa apresentada na epígrafe desse tópico.

A presença dos índios Pataxó no entorno do Monte Pascoal não está registrada apenas na memória dos anciãos indígenas. Os documentos produzidos por colonos, religiosos e autoridades políticas no período colonial também evidenciam que essa região era tradicionalmente ocupada pelos Pataxó, juntamente com outros grupos indígenas também pertencentes ao tronco linguístico Macro-Jê. Em uma carta datada de 31 de julho de 1788, por exemplo, o padre Cypriano informava à coroa portuguesa que “nas vizinhanças do Monte Pascoal e nas suas fraldas está situada as aldeias do gentio chamado Pataxó, que saem muitas vezes à praia para pescar tartarugas”³.

Na verdade, o Monte Pascoal representava um dos principais pontos de localização no interior dos sertões da Capitania de Porto Seguro. Nessa época, o termo sertão era utilizado para designar toda região distante do litoral, de natureza ainda indomada, habitada por índios hostis e animais ferozes, sobre a qual as autoridades portuguesas detinham pouca informação e um controle insuficiente. Em geral, o sertão era definido em relação ao seu afastamento dos núcleos coloniais, pela sua escassa população luso-brasileira, pela dificuldade em transitar por suas trilhas e pelo perigo constante de ataques de feras e de índios bravios.

³ CARTA do padre Cypriano Lobato Mendes a D. Pedro III sobre a economia da capitania da Bahia. Salvador, 31 de julho de 1788. AHU_ACL_CU_005-01, Cx. 68, D. 13019.

A antiga capitania de Porto Seguro era dominada por um vasto sertão. Durante todo período colonial, a ocupação portuguesa nessa região se limitou à faixa litorânea, sendo a vila de São Mateus o ponto mais avançado no sertão, distante apenas sete léguas da costa do mar. Desde fins do século XVII, a Coroa portuguesa havia decretado o impedimento de desbravar os sertões de Porto Seguro, Ilhéus e Espírito Santo, tendo em vista formar uma barreira natural contra os descaminhos do ouro e pedras preciosos das Minas Gerais. Segundo Maria Hilda Paraíso, essa medida consistiu em uma “estratégia de transformar a área em zona tampão que inviabilizasse o acesso sem controle às minas”, sendo proibidas a realização de entradas, a abertura de estradas e a derrubada das matas⁴. Com isso, o sertão de Porto Seguro se transformou em abrigo de várias etnias que conseguiram manter seus padrões sociais e a integridade de seus territórios.

Nesse espaço avesso à presença europeia, diversos povos indígenas aproveitaram as condições ambientais, geográficas e ecológicas existentes nos sertões para se refugiarem do violento avanço da colonização. Ainda que pertencentes a um mesmo tronco linguístico, esses grupos possuíam territórios, hábitos e organização social diferentes, sendo comum a construção de alianças entre alguns e de disputas territoriais entre outros. Essa realidade foi percebida pelo príncipe Maximiliano, quando descreveu os habitantes dos sertões da antiga Capitania de Porto Seguro, informando que:

Os Capuchos, os Cumanachos, Machacalis e Panhamis também perambulam por essas matas. Parece que as últimas quatro tribos se aliaram com os Patachós [sic] para que assim, unidos, possam fazer frente aos Botocudos, mais numerosos. A julgar pelas semelhanças de linguagens, maneiras e costumes, as referidas tribos parecem ter certa afinidade. Como disse, as cinco tribos aliadas possuem afinidades nas maneiras e costumes. Fazem habitualmente um orifício no lábio inferior, metendo por ele pequeno pedaço de bambu curto e fino, uma

⁴ PARAÍSO, Maria Hilda. Os Botocudos e sua trajetória histórica. In: CUNHA, Manuela Carneiro (Org). História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.

de cujas extremidades pintam de vermelho com urucu. Usam curtos os cabelos no pescoço se sobre os olhos; alguns usam-nos rente em quase toda cabeça. À maneira dos tapuia, pintam o corpo de vermelho e preto⁵.

Organizados em pequenos grupos semi-nômades, os índios Pataxó foram descritos nos documentos como guerreiros e inimigos dos colonos. Em geral, eram considerados barreiras para o avanço da colonização no interior da Capitania de Porto Seguro e responsáveis por inúmeros ataques aos habitantes das povoações coloniais, principalmente nas intermediações do Monte Pascoal. Em 1808, o desembargador Luis Tomás de Navarro, que percorria o litoral de Salvador ao Rio de Janeiro para analisar a possibilidade de instalar uma estrada real dos correios, registrava em suas anotações que o Pataxó era “gentio muito atrevido e valente, que não tem domicílio certo, anda errante, vivendo da pesca, caça e frutos”⁶.

Os Pataxó habitavam uma grande área no interior da Capitania de Porto Seguro. As serras, vales e leitos dos rios da região formavam os habitats mais comuns desse grupo indígena. Os inúmeros registros dos séculos XVIII e XIX permitem recompor o mapa da ocupação territorial Pataxó, definindo uma área descontínua que deslizava, de norte a sul, desde o rio Buranhém até o rio São Mateus. Segundo comprovou o viajante austríaco que visitou Porto Seguro em 1816,

Nas matas à margem do rio São Mateus, os índios não civilizados (tapuias ou gentios) são muito numerosos e vivem em constante guerra com os brancos. Ainda durante o último ano mataram 17 pessoas. A margem norte é freqüentada pelos Patachós, Cumanachós e Machacalis e outras tribos até o rio de Porto Seguro⁷.

⁵ WIED MAXIMILIAN, Prinz Von. Viagem ao Brasil. Tradução de Edgar S. de Mendonça e Flávio P. de Figueiredo. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1989, p. 213.

⁶ NAVARRO, Luis Tomás. Itinerário da Viagem que fez por terra da Bahia ao Rio de Janeiro. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v. 7, 1866, p. 433

⁷ WIED MAXIMILIAN, Prinz Von. Viagem ao Brasil. Tradução de Edgar S. de Mendonça e Flávio P. de Figueiredo. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1989, p. 214.

Nos vastos sertões da antiga Capitania de Porto Seguro, os Pataxó e outros grupos indígenas eram senhores de suas terras. Ao não aceitar aliança com os colonizadores e nem admitir a conquista de seus territórios, os Pataxó se transformaram em obstáculo da colonização e inimigos dos portugueses. A política metropolitana que impedia o desbravamento dos sertões de Porto Seguro como mecanismo para evitar o contrabando de ouro e diamantes contribuiu para maior domínio dos índios sobre seu próprio território, principalmente nas intermediações do Monte Pascoal, que era considerada pelos portugueses “o centro de habitação destes Bárbaros, que infestam toda grande comarca de Porto Seguro”⁸.

Um cerco “de paz” aos índios dos sertões: o projeto colonial pombalino e a tentativa de integração dos “índios bravos”

Na segunda metade do século XVIII, as reformas do governo josefino aportaram na Capitania de Porto Seguro. Embora fosse considerada decadente desde o final do século XVI, enfrentando grandes dificuldades no povoamento, na produção econômica e na defesa dos interesses reais, essa Capitania possuía algumas potencialidades estratégicas. Do ponto de vista econômico, havia a disponibilidade de terras férteis para produção de vários gêneros agrícolas e para criação de gado, bem como uma rica floresta cheia de madeiras úteis para a construção naval e civil. Do ponto de vista geopolítico, possuía uma imensa rede hidrográfica composta por grandes rios que nasciam nas serras de Minas Gerais (Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus, Doce), sendo bastante cobiçados por contrabandistas e por mineiros aventureiros. Do ponto de vista comercial, localizava-se entre os dois maiores centros urbanos da colônia, sendo bastante útil para o abastecimento de alimentos do Rio de Janeiro e Salvador. Por essas razões, a coroa não hesitou em inserir Porto Seguro no bojo das reformas pombalinas.

⁸ VILHENA, Luis dos Santos. A Bahia no século XVIII. Vol. 2. Salvador: Editora Itapuã: 1969, p. 526.

Essas medidas reformistas interferiram diretamente nas relações entre a colonização e os índios na Capitania de Porto Seguro. De um lado, as medidas de secularização da administração dos índios resultaram na expulsão dos jesuítas e na transformação dos aldeamentos existentes em vilas, surgindo as novas vilas de Trancoso e Verde, criadas em 1759, oriundas respectivamente dos aldeamentos de São João e Espírito Santo. De outro, as medidas de desenvolvimento regional se estruturaram no aproveitamento da população indígena, que passaria a ser visto não apenas como mão-de-obra, mas também como agente da própria colonização, atuando no povoamento, na defesa e na administração da colônia, ainda que submetidos a um radical projeto de civilização.

Em 1763, a Coroa portuguesa criou uma ouvidoria para governar a Capitania de Porto Seguro, com objetivo de transformar a região em pólo de produção de gêneros alimentícios para abastecer as cidades de Salvador e Rio de Janeiro. Para a realização desse projeto, o rei de Portugal ordenou a introdução de uma série de mudanças na forma de organização do espaço colonial, no funcionamento da política e administração dos índios, na estrutura e dinâmica da economia regional e nas regras de convivência interétnicas, defendendo que “sem homens sociáveis e civis não pode[ria] haver Estabelecimento [que fosse] útil”⁹. Assim, para fazer de Porto Seguro um território civilizado, seria necessário converter seus moradores indígenas ao catolicismo e organizá-los política, econômica e juridicamente de acordo com os modelos europeus, transformando-os em produtores inseridos no mercado e em súditos geradores de impostos.

O estabelecimento de novas vilas se transformou num dos principais objetivos dos agentes coloniais. Essas povoações deveriam ser criadas por meio do aproveitamento dos índios mansos dispersos e dos colonos pobres vadios, formando núcleos coloniais que funcionariam como ponto de defesa do território, como espaço para a civilização dos indígenas e como lugar de arregimentação de mão-de-obra. Como resultado da ação da Ouvidoria, foram criadas seis novas vilas de índios na Capitania de

⁹ DECRETO porque Sua Majestade há por bem erigir em Ouvidoria a Capitania de Porto Seguro, cuja Comarca se estenderá a todo seu distrito, nomeando para criá-la o Doutor Tomé Couceiro de Abreu, por tempo de três anos. Portugal, 02 de Abril de 1763. AN – Relação da Bahia, código 542, vol. 02, p. 48.

Porto Seguro: São Mateus (1764), Prado (1764), Belmonte (1765), Viçosa (1768), Porto Alegre (1769) e Alcobaça (1772).

Essas vilas atuariam como importante espaço de incorporação dos índios aliados na sociedade colonial. Nelas existiriam escolas para os meninos indígenas aprenderem a língua portuguesa, as casas deveriam ser construídas da maneira européia e os costumes indígenas seriam terminantemente proibidos. Para as autoridades portuguesas, os índios só poderiam

[...] conseguir a civilidade humana vivendo nas novas vilas com justiça que os governe e dirija, dando-se mestre e mestras a seus filhos, que os ensine e doutrinem para que assim por este modo venham a perder a miserável brutalidade em que até agora tem sido criados e hajam em poucos anos se verem doutrinados e cristianamente civilizados¹⁰.

As vilas atuariam também como uma barreira contra os perigos dos índios inimigos que habitavam os sertões de Porto Seguro. Os documentos coloniais que atestam a criação dessas vilas comprovam que não fugia das intenções das autoridades metropolitanas o objetivo de defesa político-militar. Em 1764, por exemplo, o ouvidor Tomé Couceiro de Abreu defendeu a necessidade de se fundar duas vilas na Capitania, sendo uma à margem do Rio Grande (atual Jequitinhonha) e outra à margem do Rio Jucuruçu, argumentando que dessa iniciativa se seguiria “a conveniência de ficar defendida do Gentio bravo toda esta costa, a estrada real da praia e os passageiros”¹¹.

A criação dessas vilas de índios, que se tornaram a gênese da municipalidade atual do Extremo Sul da Bahia, resultou na formação de uma muralha contra os sertões. Ao criar a vila do Prado, em 26 de dezembro de 1764, Tomé Couceiro de Abreu informou aos moradores que uma de suas responsabilidades era “ficar defendendo a estrada real da costa da imensidade de gentio que se acha aldeado pelas fraldas e riachos do Monte

¹⁰ RELAÇÃO dos Autos da criação da Vila Nova do Prado, da Capitania de Porto Seguro. Porto Seguro, 12 de dezembro de 1764. BNRJ – Manuscritos, I – 5, 2, 29, n° 11.

¹¹ RELAÇÃO do ouvidor Tomé Couceiro de Abreu, das vilas e rios de Porto Seguro. Porto Seguro, 8 de janeiro de 1764. AHU_ACL_CU_005-01, Cx. 34, D. 6429-6430.

Pascoal, que lhe fica distante 8 léguas”¹². Em 1768, quando o ouvidor José Xavier Machado Monteiro foi criar a Vila Viçosa, na margem do Rio Peruípe, argumentou que a povoação traria “o benefício de se ir evacuando o gentio bárbaro que circula pelas margens deste rio”¹³. No ano seguinte, ao criar a vila de São José de Porto Alegre (atual Mucuri), informou ao rei de Portugal que essa povoação objetivava “expelir o gentio bárbaro que nestas praias insultava os viajantes e abrigá-los a entrar-se no mato de modo que se não atrevesse jamais a atacar”¹⁴.

A preocupação em montar uma barreira contra os perigos dos sertões da antiga Capitania de Porto Seguro tinha base sólida. Como foi visto anteriormente, a região interiorana das Capitanias de Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo se transformou em uma área de refúgio dos grupos indígenas Macro-Jê, que conseguiram sobreviver relativamente afastados da sociedade colonial. Nessa política de defesa, os índios Pataxó, considerados pelos portugueses como inimigos da colonização, representavam uma ameaça real à expansão do projeto colonial na região, pois eram classificados como “os mais desconfiados e reservados” e tinham “o olhar [...] sempre frio e carrancudo, sendo muito raro permitirem que os filhos se criem entre os brancos, como as outras tribos o fazem prontamente”¹⁵.

Um cerco de guerra aos índios dos sertões: o combate aos “índios inimigos”

No início do século XIX, o crescimento econômico da antiga Capitania de Porto Seguro exigiu a necessidade de conquistar novas

¹² RELAÇÃO dos Autos da criação da Vila Nova do Prado, da Capitania de Porto Seguro. Porto Seguro, 12 de dezembro de 1764. BNRJ – Manuscritos, I – 5, 2, 29, nº 11.

¹³ AUTOS de criação, medição e demarcação de Vila Viçosa, capitania de Porto Seguro. Campinho, 2 de abril de 1772. AHU_ACL_CU_005-01, Cx. 46, D. 8555.

¹⁴ AUTOS de ereção e criação da nova Vila de Porto Alegre. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v. 3, 1914, p. 515.

¹⁵ WIED MAXIMILIAN, Prinz Von. Viagem ao Brasil. Tradução de Edgar S. de Mendonça e Flávio P. de Figueiredo. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1989, p. 215.

terras para a expansão do plantio da mandioca e a construção de novas vias de comunicação para o escoamento da produção. Na dilatação da fronteira interna, os sertões passaram a ser conquistados, colocando os luso-brasileiros em contato direto com os inúmeros povos indígenas que se refugiavam nas matas e serras da região. Para os interesses coloniais, a conquista dos sertões estava condicionada à vitória sobre os grupos indígenas que habitavam aquela área.

Os índios dos sertões reagiram de diferentes formas ao avanço colonial sobre seus territórios. Alguns grupos, fugindo da violência das expedições que adentravam o interior do continente, optaram por se deslocar para as vilas de índios em busca de abrigo e proteção. Essa alternativa era vista por esses grupos como o mal menor, pois a permanência nos sertões poderia resultar no extermínio de todo o grupo ou na escravização dos sobreviventes. Em uma correspondência enviada ao governador da Bahia em 1812 os oficiais da Câmara do Prado informaram que:

[...] no último dia do passado mês de abril saiu de paz uma imensa aldeia do gentio Pataxó no sítio do Capitão Manoel de Farias e eram tantos os membros da mesma aldeia que de repente lhe levaram de 18 para mais de 20 alqueires de farinha e massa, além de algumas ferramentas; contudo, ainda ficaram muitos arranchados à beira do mato e se julgou passarem de 300 pessoas ¹⁶.

Outros grupos optaram pela reação militar. Resolveram atacar as povoações coloniais, destruindo casas, plantações e fazendas e causando algumas mortes de luso-brasileiros. Em 1802, o comerciante Tomas Lindley registrou o ataque de um grupo de índios dos sertões à vila de Trancoso, informando que “os índios ontem estiveram na orla da mata próxima à vila, tendo atingindo dois mulatos. Um deles levou uma flexada [sic] na

¹⁶ NOTÍCIAS dos oficiais da Câmara da Vila do Prado sobre a presença de índios Pataxó no sítio do Capitão Manoel de Farias. Prado, 3 de maio de 1812. BNRJ – Manuscritos, C-0230, 009 – n° 015.

coxa e o outro, no peito. Este, caindo, foi imediatamente massacrado. Seu companheiro, ferido também no braço e nas costas, escapou só por aquele momento, pois morreu no mesmo dia”¹⁷.

Os colonos e as autoridades coloniais começaram a se preocupar com a reação dos índios dos sertões. Um clima de insegurança passou a tomar conta das povoações situadas no litoral. Inúmeros documentos foram enviados para o governo da Bahia descrevendo os “insultos dos gentios bárbaros” e exigindo liberdade para os luso-brasileiros retrucarem com a máxima violência. A posição do Comandante-mor do Terço das Ordenanças da vila de Caravelas frente aos ataques dos índios demonstra o que os colonos esperavam das autoridades, defendendo não só o uso da violência como o direito à escravização dos índios. Segundo seu argumento,

[...] a violência é o meio mais próprio de tornar tranqüilas e habitáveis as terras em que transitam esses bárbaros, pela experiência de 22 anos em que eles a tem feito conhecer indóceis e incapazes de que o amor, o sofrimento e a beneficência os chame à sociedade civil e grêmio da Igreja, o que se conseguirá mais facilmente sitiando-os e impedindo-lhes com armas a resistência e trazendo-os violentados aos povoados das vilas, onde não devem ficar em liberdade, porque de certo retrocederão, mas transmitidos as praças, onde não há matas pelas quais se entranhem para sua primitiva e onde se lhe dê a cultura e os empregos proporcionais a sua índole¹⁸.

Em meados do ano de 1808, o Príncipe Regente D. João VI resolveu institucionalizar a violência como principal instrumento para a conquista dos sertões. Com o objetivo de ampliar a produção interna de alimentos para abastecer o grande número de pessoas que vieram com

¹⁷ LINDLEY, Thomas. Narrativa de uma viagem ao Brasil. São Paulo: Editora Nacional, 1969, p. 98.

¹⁸ NAVARRO, Luis Tomás. Itinerário da Viagem que fez por terra da Bahia ao Rio de Janeiro. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v. 7, 1866, p. 439.

a Família Real, decidiu construir uma nova política econômica, pautada na valorização de um mercado interno, principalmente nas Capitâneas e Comarcas que, apesar de estarem fora do circuito comercial agrícola, eram potencialmente produtivas. Assim, Minas Gerais, Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo foram alvos de transformações significativas. As medidas mais comuns eram o incentivo à produção de alimentos, o estímulo à ampliação dos pastos e o investimento em novas vias de comunicação para garantir o escoamento dos produtos.

Em Porto Seguro, as medidas foram sentidas por meio da insistente cobrança de aumento da produção de farinha de mandioca, nas inúmeras expedições de construção de estradas interligando a região leste e na introdução da economia pecuária na divisa com Minas e Espírito Santo. Contudo, para que esta nova economia pudesse funcionar era preciso garantir três coisas básicas: acesso a novas terras, disponibilidade de mão-de-obra e infra-estrutura real de escoamento. Para alcançar tais resultados, D. João VI resolveu: primeiro, conquistar efetivamente os territórios que ainda estavam fora do domínio dos colonos no interior da Capitania, avançando sobre as terras dos índios refugiados nos sertões; segundo, aumentar a oferta de mão-de-obra escrava reeditando a possibilidade de escravização indígena que estava suspensa desde 1758; terceiro, aproveitar os “índios mansos” das vilas de índios (Prado, Belmonte, Viçosa, Alcobaça, Verde, Trancoso e Porto Alegre) para trabalharem na abertura de estradas.

O resultado deste laborioso plano foi a decretação da Guerra Justa aos índios dos sertões das Capitâneas de Ilhéus, Porto Seguro, Minas Gerais e Espírito Santo, em 1808. Decretada contra os chamados Botocudos, essa medida legalizou o extermínio, a escravização e a apropriação das terras dos índios Pataxó, Maxakali, Malali, Krenak e Kamakã.

De acordo com a Carta Régia de 18 de julho de 1808, o responsável pela coordenação da Guerra Ofensiva aos índios na antiga Capitania de Porto Seguro foi o Capitão-mor da conquista do gentio bárbaro João Luis de Siqueira. A área prioritária de ação foi “entre a Vila Viçosa e o Rio Comuruxativa, seguindo este diretamente a Lagoa Grande pelo lado norte do Monte Pascoal”. Desta forma, o território tradicionalmente ocupado pelos Pataxó se transformou no palco das guerras de conquista.

A guerra contra os índios dos sertões buscava resolver tanto o problema da mão-de-obra quanto da conquista de novas terras. Assim, todos

os índios que fossem encontrados com armas em mãos seriam considerados “prisioneiros de guerra” e trabalhariam como escravos por 10 anos ou “enquanto mostrarem conservar a natural ferocidade e antropofagia”. As terras habitadas por esses índios deveriam ser ocupadas por colonos, que teriam isenção de impostos por 10 anos, contanto que desenvolvessem “uma cultura permanente”. Desta forma, os principais efeitos da decretação da guerra justa contra os índios dos sertões de Porto Seguro foram o extermínio de vários grupos e a expropriação de suas terras¹⁹.

Para assegurar uma “paz armada” nos sertões de Porto Seguro, o ouvidor José Marcelino da Cunha iniciou a construção de vários destacamentos militares nas cachoeiras dos principais rios da região. O plano do ouvidor era construir uma barreira militar contra os índios dos sertões, formando no entorno de cada vila um posto militar, composto por índios mansos, interligado por estradas vicinais e comandado por um oficial das ordenanças. Segundo sua própria versão:

Para o fim de resguardar os habitantes das vilas da Comarca dos repetidos e sempre fatais ataques e correrias dos índios Pataxó, Machacali e Botocudo, levantei os destacamentos de Aveiro na Povoação de Santa Cruz, o de Aguiar no termo da Vila Verde, o de Linhares e Crememuan no termo da Vila de Trancoso, o de Vimeiro no termo da Vila do Prado, o de Óbidos no termo da Vila de Alcobaça, o de Santarém em termo da Vila de Caravelas, o de Caparica no termo da Vila Viçosa, o de Araújo no termo da Vila de Porto Alegre e os de Itaúnas e Galveas no termo da Vila de São Mateus; fazendo em todos eles casas de morar e plantações e provendo de competente guarnição²⁰.

¹⁹ CARTA para o Capitão-mor da conquista do gentio bárbaro, João Luis de Siqueira, na qual orienta a decretação de guerra justa aos índios da Capitania de Porto Seguro. Salvador, 18 de julho de 1808. APEB – maço, 165.

²⁰ REQUERIMENTO do ouvidor da Comarca de Porto Seguro, José Marcelino da Cunha, solicitando comenda da Ordem de Cristo pelos serviços prestados na defesa da sua Comarca. BNRJ – Manuscritos, C-0230, 009, n° 11.

Essa política de submeter os índios dos sertões à sociedade dominante por meio da violência armada se alastrou por quase todo século XIX. Os documentos emitidos pelas autoridades das vilas de Prado, Caravelas e Viçosa destacam a preocupação com os índios que ainda permaneciam “errantes” pelos sertões da região. Afinal, para os interesses mercantis dos proprietários de terra, os índios bravos continuavam representando um obstáculo para o desenvolvimento do atual Extremo Sul da Bahia.

O aldeamento dos “índios selváticos”: a criação de Barra Velha, a integração forçada dos índios e a expropriação da terra indígena

As medidas do cerco de guerra contra os índios dos sertões de Porto Seguro não foram suficientes para trazer a paz desejada pelos proprietários de terras. Os Pataxó, Maxacali e Botocudos ainda possuíam o domínio de grande área no interior do continente e também continuavam reagindo à invasão de seus territórios. Em um requerimento datado de 1844, os moradores da Vila do Prado se queixaram ao governador da Província da Bahia de que “os selvagens indígenas” estavam “assaltando inesperadamente as roças [...] não só devastando as plantações como barbaramente arrancando as vidas daqueles que de súbito encontravam”. Para solucionar o problema, propuseram a criação de um aldeamento na região, “porque além de prosperar a lavoura (...) ficarão garantidas inúmeras vidas, livrando por este modo aos habitantes da flecha assassina de semelhantes bárbaros”²¹.

A proposta dos fazendeiros do Prado não foi aceita de imediato. Em parte, o problema estava no “vazio legal” existente durante as quatro primeiras décadas do Brasil Império. Depois de conquistada a independência, o novo país ainda buscava consolidar o estado monárquico, conciliar os interesses das elites regionais e forjar uma nação unificada em torno de um projeto de manutenção dos privilégios herdados do período

²¹ REQUERIMENTO dos habitantes da Vila do Prado ao Presidente da Província. Prado, 12 de abril de 1844. APEB – maço, 1823.

colonial. Fora as proposições de José Bonifácio na Assembléia Constituinte de 1823, não houve nesse período nenhuma legislação que regulamentasse a política nacional frente às populações indígenas, permitindo que cada província resolvesse essa delicada questão a seu modo.

Entre o final da década de 1840 e o início da década de 1850, dois estatutos jurídicos estabeleceram uma política específica para os índios no Brasil. O primeiro foi editado em 24 de julho de 1845, recebendo o título de Regulamento das Missões. Nesse documento, o poder monárquico brasileiro, imbuído da tarefa de consolidar a centralização política e administrativa do Estado, estabeleceu as diretrizes para o relacionamento entre a sociedade nacional e os índios mansos já aldeados. Em termos gerais, essa nova legislação manteve o princípio oriundo da época colonial de “catequizar” e “civilizar” os índios, regulamentando aspectos de caráter mais administrativo do que político-cultural, tal como o papel dos diretores de índios, diretores de aldeias, tesoureiros, etc.

Em 18 de setembro de 1850, foi publicado o segundo estatuto jurídico, que ficou conhecido como Lei de Terras. Essa lei estabeleceu os parâmetros acerca da regularização fundiária da nação, tendo como um dos principais efeitos a distinção entre a propriedade pública e privada das terras no Brasil. Segundo sua determinação, as terras que fossem consideradas devolutas pertenceriam ao Estado, tendo título de propriedade pública e podendo ser vendida pelos governos. Todavia, para os índios moradores dos sertões, a definição de terra devoluta contida nessa lei representava um verdadeiro ataque ao domínio dos territórios que ocupavam. Afinal, todas as terras que “se acharem aplicadas ao uso público”; que “não estiverem sob domínio particular por qualquer título legítimo”; ou que “se encontrarem ocupadas por posse” seriam classificadas como devolutas²².

Como os índios dos sertões não possuíam títulos legítimos das terras que habitavam, não poderiam ocupar esses territórios. Então, o Decreto nº 1218, de 20 de janeiro de 1854, procurou regulamentar a aplicação da Lei de Terras, estabelecendo, no que se refere à questão indígena, que seriam “reservadas terras devolutas para a colonização e aldeamento de indígenas nos distritos onde existirem hordas selvagens”. Desta forma, retomava-se

²² MOTTA, Márcia. “Lei de Terras”. MOTTA, Márcia (Org). Dicionário da Terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

a ideia de integrar os índios dos sertões à sociedade envolvente, através de uma política de submissão política, exploração econômica e expropriação dos territórios tradicionalmente ocupados pelos índios.

Esses dois estatutos jurídicos também não garantiram a terra para os índios já aldeados. Ao contrário, ele firmou a ideia de que os índios teriam direito apenas ao usufruto, sendo as terras devolutas pertencentes ao Estado. Além disso, estabeleceu uma série de critérios para julgar o direito dos aldeados à terra. Vários aldeamentos que resistiram aos mais de quatrocentos anos de colonização passaram a ser classificados como terras não indígenas por causa da grande presença de nacionais (homens brancos), da forte existência de populações mestiças ou da utilização de modelos econômicos não condizentes com o que se classificava na época como tipicamente indígena. Desta forma, o governo inaugurou uma avassaladora política de expropriação da terra dos índios aliados, que viviam aldeados há longos anos.

É nesse contexto jurídico-político que o governo da Bahia anunciou uma decisão frente às constantes denúncias dos moradores do Prado sobre a presença de índios selvagens e errantes no entorno do Monte Pascoal. Em 1861, o presidente provincial Antonio da Costa Pinto informou na Assembléia baiana que se fazia necessária a criação de um aldeamento para os índios selvagens daquela região, justificando-a da seguinte maneira:

Há centenas de famílias, ora nas brenhas, e ora na referida vila [do Prado], sem caráter hostil é verdade, mas persistente em seus costumes selváticos. Estes índios vão pescar constantemente no rio - Corumbau - em cujas margens armam ranchos, onde moram, até que terminada a pesca e a salga, se retiram para as matas.²³

²³ PINTO, Antonio da Costa. Falla recitada na abertura d'Assemblea Legislativa da Bahia pelo Presidente da Provincia ... no dia 1o. de marco de 1861. Bahia, Typographia de Antonio Olavo de Franca Guerra.

O novo aldeamento visava agregar os vários grupos indígenas do tronco linguístico Macro-Jê que se espalhavam pelos sertões da Comarca de Porto Seguro, destacando-se dentre eles os Pataxó, que formavam o principal grupo que ocupava o entorno do Monte Pascoal. Essa medida possibilitava a “pacificação” da região e, principalmente, a liberação de terras para o avanço do plantio de mandioca e cacau, o aumento da extração de madeiras e a expansão dos pastos de gado. Para assegurar a conversão dos “índios selváticos”, o governo propôs o envio de padres capuchinhos para a “difícil missão da catequese”.

Os proprietários de terras da região aproveitaram o momento da criação do novo aldeamento para a liberação de terras que eram ocupadas também pelos índios mansos que habitavam as vilas criadas no século XVIII. Um movimento para expulsar os “índios de verdade” eclodiu nas vilas de Alcobça, Viçosa, Belmonte, Porto Alegre, Trancoso e Verde, exigindo que essas povoações fossem habitadas apenas por brancos, mestiços e negros, sendo os indígenas também transferidos para o aldeamento do rio Corumbau. Desta forma, muitos índios de origem Tupiniquim, Menian, Maxacali e Botocudo, que estavam vivendo nos termos dessas vilas, foram obrigados a se deslocarem para a nova aldeia, fazendo que sua origem comportasse vários grupos indígenas.

Localizada nas proximidades da barra do rio Corumbau, essa aldeia recebeu o nome de Bom Jardim. Segundo memória dos índios mais velhos, essa denominação foi uma criação dos padres capuchinhos que se encantavam com os perfumados jasmims que surgiam no entorno da lagoa próxima a aldeia. Com a mudança da barra do rio Corumbau, que se deslocou para o sul cerca de seis quilômetros, a povoação ficou conhecida como Barra Velha, sendo, portanto, “a mesma aldeia criada em 1861 para reunir os índios que viviam em volta da vila do Prado”²⁴.

A aldeia de Barra Velha se tornou o abrigo de vários grupos indígenas, que sofreram forte processo de miscigenação. O intencional isolamento da povoação funcionava como mecanismo para afastar a

²⁴ CARVALHO, Maria Rosário. Os Pataxó Meridionais: uma breve recensão histórico-bibliográfica. In: Tradições étnicas entre os Pataxó no Monte Pascoal: subsídios para uma educação diferenciada e práticas sustentáveis. 1 ed. Vitória da Conquista : Edições UESB, 2008, v.1, p. 36.

indesejada presença dos índios nas terras que os fazendeiros ambicionavam se apropriar. Por longos anos, a aldeia passou despercebida pelas autoridades públicas, que faziam vistas grossas para a situação da população indígena local, com vistas a assegurar a própria desestruturação social, cultural e econômica dos seus habitantes.

Barra Velha passou também a funcionar como ponto de contato entre os índios aldeados e os pequenos grupos indígenas que ainda viviam nos sertões. Na memória dos mais velhos, os índios dos sertões, classificados genericamente como Tapuias, desciam regularmente na região da aldeia conhecida como Céu, onde realizavam trocas culturais e de gêneros alimentícios. Segundo lembra a índia Penina,

Maria Correia é que ia encontrar os índios no Céu, ela passava folha nela e não preparava coisa de branco, ficava três dias amoitada na mata para encontrar com índios. Fazia beiju, cauim e levava peixe. Eles traziam muita caça: anta e porco do mato. Traziam isso para ramiar: a dança e canto que esses índios traziam ninguém sabe como é, eles faziam um círculo de pedra, botava o porco do mato no meio e dançavam ao redor. Eles festejavam o Auê deles e voltavam para aldeia.²⁵

Uma das primeiras notícias de Barra Velha no século XX data do ano de 1939. Sob o comando do almirante Gago Coutinho, uma expedição aérea cruzou os céus de Porto Seguro com intuito de redescobrir o primeiro rincão de terra avistado pela esquadra cabralina. Ao passar pela aldeia, o almirante registrou o seguinte:

Deixamos a aldeia de Barra Velha às primeiras horas da madrugada. É desolador o aspecto de miséria do povoado onde passamos a primeira noite... Temos visto caboclos inteiramente abandonados. Caboclos doentes e analfabetos. Na aldeia Barra Velha, encontramos uma pequena

²⁵ Professores Indígenas: Povo Pataxó. Leituras Pataxó: raízes e vivências do povo pataxó nas escolas/ Secretaria de Educação. Salvador: MEC/ FNDE/ SEC/ SUDEB, 2005.

população descendente dos Tupiniquins. Todo mundo é doente. Uns atacados pelo impaludismo, outros pela verminose.²⁶

Ainda que isolados e abandonados pelo poder público, os caboclos descendentes dos índios misturados, cuja etnia dominante era a Pataxó e não a Tupiniquim, entraram nas primeiras décadas do século XX mantendo o domínio sob o território concedido a eles na criação da aldeia em 1861. Com relativa autonomia, os índios de Barra Velha conseguiam pescar, caçar, plantar e reproduzir suas tradições. As décadas de 1940 e 1950 mudariam drasticamente o rumo dessa história, como se verá a seguir.

A criação do Parque Nacional do Monte Pascoal: a política do Estado e a política dos índios

No dia 19 de abril de 1943, por meio do Decreto 12.729, o governo federal criou o Parque Nacional do Monte Pascoal (PNMP). Essa iniciativa estava de acordo com as políticas implementadas pelo governo ditatorial do Estado Novo, comandado pelo presidente Getúlio Vargas, que se apoiavam na defesa do nacionalismo e na transformação do Estado em uma entidade institucionalizadora da vida cultural dos cidadãos. O PNMP foi elevado à condição de monumento nacional, que deveria ser preservado em seus aspectos naturais e paisagísticos, contribuindo para perpetuar a memória do fato histórico que deu origem à nação: o descobrimento do Brasil em 1500.

Para regulamentar a criação do PNMP, o governo enviou o engenheiro Aurelino Costa Barros para delimitar a área a ser preservada. De acordo com o Decreto 12.729, o governo possuía prerrogativa de desapropriar, quando necessário, as terras ou benfeitorias que estivessem na área destinada ao parque. Estranhamente, não há nenhuma referência nos documentos governamentais da presença dos índios de Barra Velha no entorno do Monte Pascoal.

²⁶ CASTRO, R. Berbert (Org). 1940. "Sob os céus de Porto Seguro". Diretoria de Cultura e Divulgação do Estado da Bahia, Imprensa Oficial do Estado, p. 67.

Ao chegar à região, o Dr. Barros iniciou a demarcação do território do PNMP. Para conquistar o apoio e a cooperação dos índios de Barra Velha, o engenheiro informou que a medição se revestiria em benefícios para os índios, sobretudo na definitiva demarcação das terras da aldeia. Os índios ajudaram o representante do governo no transporte dos equipamentos, na abertura de trilhas, no abastecimento da equipe e na localização nas matas. Todavia, ao final dos trabalhos foram surpreendidos com a notícia de que

ia ser criado um parque florestal naquela área e que eles não deveriam mais derrubar árvores na mata. Só deveriam fazer roças nas capoeiras, mas o melhor mesmo seria procurar logo outras colocações, pois todo mundo seria retirado de dentro do parque. Era o governo que queria assim. Não poderiam mais fazer derrubadas para as roças, nem tirar cipó ou embira, nem piaçava e muito menos caçar. A floresta iria ficar por conta dos bichos.²⁷

A recepção dessa notícia repercutiu entre os índios como um golpe contra o direito que possuíam por ocupar historicamente aquele território. A indignação alimentou um sentimento de pertencimento a uma comunidade étnica diferenciada, articulada em torno de uma identidade cultural específica e enraizada por laços simbólicos e materiais ao território que o governo desejava expropriar. Por isso, os índios decidiram defender seus interesses frente ao governo, enviando para a capital federal o capitão Honório, juntamente com outras lideranças da aldeia, com a finalidade de requerer ao Serviço de Proteção ao Índio (SPI) a demarcação das terras de Barra Velha.

No dia 1º de setembro de 1949, capitão Honório conseguiu registrar sua reivindicação no SPI. Por meio de um pequeno requerimento, solicitou “ferramentas para o trabalho” e “roupa para as crianças” da “Ardea dos Índios de Belo Jardim Monte Pascual que fica acima de Porto Seguro na Bahia”. Todavia, não deixou de pontuar sua principal demanda,

²⁷ Professores Indígenas: Povo Pataxó. Leituras Pataxó: raízes e vivências do povo pataxó nas escolas/ Secretaria de Educação. Salvador: MEC/ FNDE/ SEC/ SUDEB, 2005.

exigindo “o favor de não deixar o pessoal da Índia tomar minhas terras”. Nas conversas realizadas na viagem, os representantes do governo garantiram que enviariam técnicos para realizar a demarcação da terra indígena de Barra Velha.²⁸

No ano de 1951, dois indivíduos chegaram na aldeia de Barra Velha com a notícia de que eram os responsáveis pela demarcação da terra indígena. Identificados genericamente como “engenheiro” e “tenente”, os dois homens estimularam a rivalidade contra os não-índios dos arredores, resultando num saque a uma venda na povoação de Corumbau. Na fuga, os índios foram instruídos a cortarem as linhas do telégrafo e a se aquartelarem na igreja da aldeia.

Três dias depois, uma forte repressão policial atacou Barra Velha. Policiais de Prado e Porto Seguro chegaram na aldeia disparando intensa chuva de balas e queimando o que encontravam pela frente. Os dois líderes não índios foram mortos, o capitão Honório foi preso, dezenas de índios foram detidos e inúmeros fugiram para o mato em busca de proteção.

Perseguidos, os índios foram se espalhando pelas fazendas da região. Após o cessar-fogo e a ordem de libertar os índios, algumas famílias indígenas resolveram retornar à aldeia destruída, outras optaram por silenciar sua origem étnica como defesa contra a violência e o preconceito. Segundo descreve Cornélio Vieira de Oliveira, “Barra Velha ficou vazia. O mato crescia no meio da rua e no lugar das casas. As roças foram destruídas, ou melhor, colhidas pelo pessoal de Caraíva”²⁹.

O índio Epifânio assumiu a responsabilidade de reagrupar os índios da aldeia. Começou a percorrer as fazendas e povoações da redondeza em busca das famílias que haviam fugido da aldeia durante o “Fogo de 51”. Aos poucos, Barra Velha foi se recompondo, ainda que muitas famílias temessem retornar. Todavia, o problema da demarcação da terra permanecia

²⁸ GRUNEWALDE, Rodrigo. O aldeamento, o fogo e o parque: resistência Pataxó em Barra Velha. In: *Tradições étnicas entre os Pataxó no Monte Pascoal: subsídios para uma educação diferenciada e práticas sustentáveis*. 1 ed. Vitória da Conquista : Edições UESB, 2008, v.1, p. 172.

²⁹ OLIVEIRA, Cornélio Vieira. *Barra Velha: o último refúgio*. Londrina, 1985, p. 49.

sem resolução, tendo um agravante com a criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), que passou a administrar o PNMP, em 1961.

Durante toda a década de 1960, vários conflitos entre o IBDF e os índios de Barra Velha vieram à tona. Os administradores do PNMP queriam restringir a área de caça e plantio dos índios, sob argumentação da preservação da fauna e da flora. Os índios resistiram às imposições dos guardas florestais, ousando constantemente abrir roças de mandioca além dos limites determinados para a aldeia. Somente na década de 1970, com a intervenção da Fundação Nacional do Índio, a população indígena de Barra Velha conquistou o direito sobre um território ainda não suficiente, porém maior do que aquele regulamentado pelo IBDF.

A luta dos Pataxó de Barra Velha pelo reconhecimento do seu território não cessou. Os conflitos, os debates e as negociações se arrastaram por longos anos. Finalmente, em 20 de julho de 1988, o governo resolveu “reconhecer” 8.627 hectares no entorno de Barra Velha como área “de posse imemorial indígena”, propondo que fosse regulamentada com o nome de “Colônia Indígena Barra Velha”. Em dezembro de 1991, a Presidência da República, por meio do decreto 396, homologou a demarcação da aldeia Pataxó.

Da diáspora à retomada do território Pataxó

O “Fogo de 51” e os conflitos territoriais com os administradores do PNMP resultaram numa dispersão dos Pataxó pelo Extremo Sul da Bahia. Nessa diáspora forçada, alguns grupos indígenas se refugiaram em sítios afastados da aldeia, procurando obter as condições mínimas para sua sobrevivência física e cultural. Às vezes, organizados por meio de troncos familiares, às vezes, misturados com a sociedade regional, esses refúgios acabaram se transformando em ponto de resistência e de ressurgimento do domínio territorial Pataxó.

A demarcação da terra indígena de Barra Velha não foi percebida pelos índios como a conquista final da luta Pataxó. Ao contrário, eles entenderam a demarcação como um ponto de partida, pois reconheciam

que a área delimitada ainda era insuficiente para a sua reprodução social, cultural, demográfica e espacial. Se, por um lado, a demarcação de Barra Velha estimulou o retorno de algumas famílias e fortaleceu a organização política em defesa do direito à terra; de outro lado, estimulou os outros grupos Pataxó espalhados pela região a reivindicarem a demarcação de seus territórios, emergindo um forte movimento de afirmação étnico-cultural e de mobilização política.

Este ressurgimento é reflexo da forma como os índios se percebem, tanto enquanto dependentes de sua vida comunitária, quanto de seu sentimento de pertencentes à região (talvez seja mais preciso afirmar “sentimento de donos históricos destas terras”). Aliados estes dois sentimentos à intensa luta política que se desencadeia a partir da mobilização e organização política, os índios iniciam o processo de retomada de suas terras. A partir disso, há um forte momento de discussões e negociação entre os índios, FUNAI, IBAMA, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF, extinto em 1989) e grupos indigenistas para a regularização das terras indígenas no Extremo Sul da Bahia.

Atualmente os indígenas continuam lutando pela regularização de suas terras. Cientes de como fazer para terem seus direitos respeitados, eles estão se tornando cada vez mais atuantes em suas causas, formando não comissões atuantes politicamente, mas grupos de educadores indígenas, núcleos de recuperação de sua cultura e até mesmo reconstituição linguística, dentre outras coisas. A longa experiência política acumulada desde a década de 1970 tornou este grupo de brasileiros, fortes conhecedores de seus direitos, assim como conhecedores do que devem fazer para serem respeitados.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO DA SILVA, Pedro. Condicionamentos ecológicos e interétnicos da localização dos Pataxó de Barra Velha. In: AGOSTINHO DA SILVA, Pedro Manuel et alii. *Tradições Étnicas Entre os Pataxó do Monte Pascoal: subsídios para uma educação diferenciada e práticas sustentáveis*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2008.

CANCELA, Francisco. Uma barreira contra os perigos do sertão do Monte Pascoal: a criação da vila do Prado, os índios Pataxó e a re-significação das relações de contato (1764 - 1820). In: AGOSTINHO DA SILVA, Pedro Manuel et alii. *Tradições Étnicas Entre os Pataxó do Monte Pascoal: subsídios para uma educação diferenciada e práticas sustentáveis*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2008.

CARVALHO, Maria do Rosário Gonçalves de. Os Pataxó Meridionais: Uma breve recensão histórico-bibliográfica. In: AGOSTINHO DA SILVA, Pedro Manuel et alii. *Tradições Étnicas Entre os Pataxó do Monte Pascoal: subsídios para uma educação diferenciada e práticas sustentáveis*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2008.

DANTAS, Beatriz G; SAMPAIO, José Augusto L.; CARVALHO, Maria do Rosário G. de. Os povos indígenas no Nordeste brasileiro: um esboço histórico. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1992.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. O aldeamento, o fogo e o parque: resistência Pataxó em Barra Velha. In: AGOSTINHO DA SILVA, Pedro Manuel et alii. *Tradições Étnicas Entre os Pataxó do Monte Pascoal: subsídios para uma educação diferenciada e práticas sustentáveis*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2008.

_____. Os índios do descobrimento: tradição e turismo. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Rio de Janeiro, UFRJ/MN/PPGAS, 1999.

OLIVEIRA, Cornélio V. de. Barra Velha: o Último Refúgio. Londrina: [s.n.], 1985.

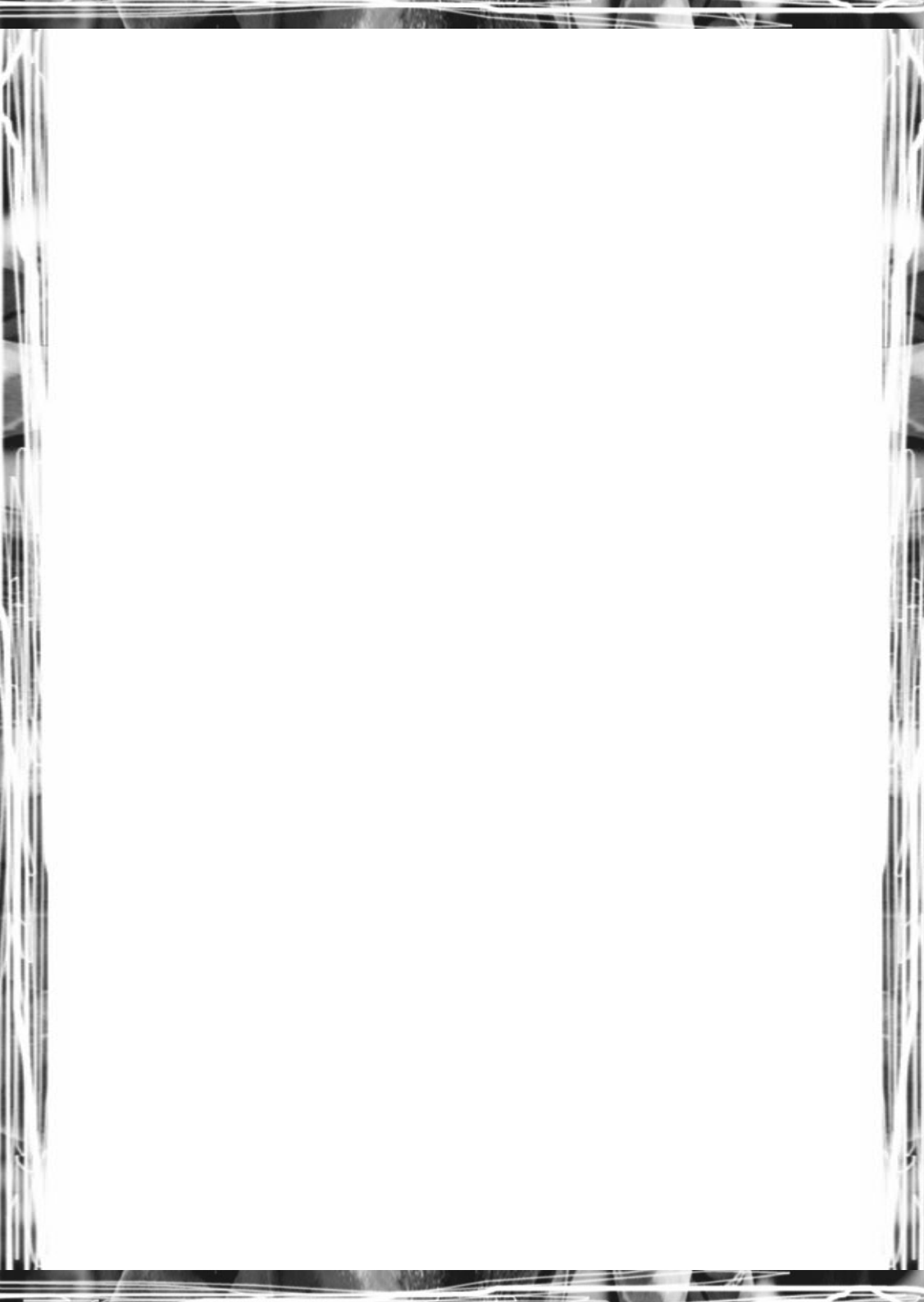
PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Os Botocudos e sua trajetória histórica. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1992.

PATAXÓ, Índios. Índios na visão dos índios: Pataxó do Prado. Salvador: Thydewas, 2007.

SAMPAIO, José Augusto Laranjeiras. Relatório de situação fundiária das terras indígenas Pataxó de Coroa Vermelha (praia) e Coroa Vermelha (Mata), Águas Belas, Corumbauzinho e Trevo do Parque. Salvador: ANAÏ, 1993.



Os Pataxó Contemporâneos



2 - Os Pataxó Contemporâneos

“Contam os mais velhos que em um lugar encantado, chamado Juacema, surgiu um grande guerreiro: Txôpay (o criador). Em um dia ensolarado, Txôpay provocou um grande temporal na Juacema, onde se formou um imenso buraco. Cada pingo de água que caía no buraco se misturava ao barro, dando forma a índios belos e fortes. Nós, índios, saímos do buraco e começamos a povoar e habitar aquela terra” (Mito de criação do povo Pataxó).

Os índios conhecidos sob o etnônimo Pataxó ocupam parte da faixa litorânea e interior do Extremo Sul do estado da Bahia e municípios do interior de Minas Gerais. Em sua totalidade, existem 11.833 (Funasa, 2010) Pataxó distribuídos em vinte e cinco aldeias nesses estados. Não há estrito consenso em relação à família linguística a que pertencem: se, de um lado, há os que consideram que os Pataxó pertencem à família linguística Goyatacá³⁰; de outro, a maior parte dos linguistas afirmam que a língua Pataxó faz parte da família linguística Maxakali³¹, que ora pode ser considerada uma subdivisão do grupo Jê, ora uma família linguística completamente independente do grupo Jê³². De qualquer modo, atualmente é consenso que os Pataxó pertencem ao tronco linguístico Macro-Jê³³.

É interessante destacar esse dado porque ele reflete os violentos processos de contato com os não-índios a que os Pataxó e os índios de outras etnias foram compelidos: além do extermínio da população e usurpação de seu território, as línguas nativas também sofreram perdas irremediáveis. No caso, a língua Pataxó persistiu, no mínimo, até 1938, quando Curt Nimuendaju encontrou falantes estabelecidos na Reserva Caramuru-Paraguaçu, aldeia dos Pataxós Hã-Hã-Hã³⁴.

³⁰ Steinen apud Carvalho & Souza, 2005.

³¹ Rodrigues 1986 apud Carvalho & Souza, 2005.

³² C. Loukotika apud Carvalho & Souza, 2005.

³³ Arantes, 2001, p. 121; Rodrigues, 1986 apud Carvalho & Souza, 2005.

³⁴ Carvalho & Souza, 2005.

Como vimos, existem aproximadamente 12 mil Pataxó distribuídos em vinte e cinco aldeias. Em Coroa Vermelha, residem cerca de seis mil índios, o que a torna, em termos demográficos, a maior aldeia Pataxó existente.

Neste estudo, apresentaremos alguns aspectos socioculturais das aldeias Pataxó de Barra Velha, Coroa Vermelha e Aldeia Velha, todas localizadas na faixa litorânea do Extremo Sul do Estado da Bahia, entre os municípios de Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro. Cada uma dessas aldeias possui marcos relevantes para a cultura e história do povo Pataxó: a aldeia de Barra Velha é reconhecida como a Aldeia Mãe, onde, em 1861, foram aldeados índios de diversas etnias, sendo os Pataxó o grupo étnico mais representativo, e onde ocorreu o fatídico Fogo de 1951, que implicou na dispersão dos Pataxó e na formação de novas aldeias. Já Coroa Vermelha, além de ser a maior aldeia Pataxó em termos demográficos e de ser uma das aldeias que mais vivencia cotidianamente as implicações do contato com os não índios, também particulariza-se por ser pioneira em ações de pesquisa, resgate e valorização da cultura Pataxó, consolidando a existência do Grupo de Pesquisa da Língua e História Pataxó – ATXOHÃ, que se formou há mais de dez anos, e do Ponto de Cultura Pataxó da Reserva da Jaqueira. A Aldeia Velha é das mais jovens aldeias Pataxó, mas caracteriza-se pelo forte investimento em ações de registro e valorização cultural com diversas produções e cursos executados pelo e no Ponto de Cultura Pataxó de Aldeia Velha.

Como já citamos, existem muitas outras aldeias Pataxó com aspectos em comum e singularidades em relação às aqui apresentadas e que igualmente cooperam para caracterizar a experiência histórico-social e cultural dessa população. Mesmo reconhecendo esta limitação da pesquisa, esperamos que as informações aqui contidas contribuam para a valorização da identidade cultural de todos os Pataxó, informando à população não indígena e contribuindo para o enfrentamento dos preconceitos vivenciados pelos Pataxó cotidianamente.

Localização, dados demográficos e aspectos fundiários

Terra Indígena (TI) Barra Velha: É possível considerar que a luta pelo estabelecimento das terras Pataxó sempre foi uma questão

premente para esta população desde o período colonial. Constituída por episódios marcantes, o caso da instituição da TI Aldeia Barra Velha é paradigmático para se entender todos os processos de resistência ali protagonizados.

Criada em 1861 às margens do rio Corumbau por determinação do governo da província da Bahia, a aldeia Bom Jardim, atual aldeia Pataxó Barra Velha, reuniu índios de diversas etnias, dentre as quais estavam os Pataxós, que eram maioria, os Maxakalis, Botocudos, Kamakãs e Tupis. Mas foi a partir de 1940, com a criação do Parque Nacional do Monte Pascoal, que as disputas pela TI de Barra Velha se acirraram, culminando com o fatídico episódio do Fogo de 1951.

Na década de 70, com o retorno de diversas famílias para a aldeia Barra Velha, iniciou-se novamente o processo de luta para o reconhecimento e demarcação da TI. Nessa época, os Pataxó começaram a organizar uma série de ações e movimentos pela oficialização de territórios indígenas e pelo reconhecimento dos seus direitos, conseguindo que a homologação efetiva fosse realizada em 1991.

Essa primeira TI Pataxó está localizada próxima a uma área de proteção ambiental, o Parque Monte Pascoal, no município de Porto Seguro. Essa situação peculiar propiciou e ainda propicia uma série de contratempos já que a população depende essencialmente de atividades que implicam na alteração do meio ambiente que os cerca, como por exemplo, o roçado da mandioca, a mariscagem e a extração vegetal para feitura de artesanatos em madeira³⁵.

Atualmente com uma área de 8.627 hectares que fica entre os rios Caraíva e Corumbau, a aldeia de Barra Velha tem mais de 300 famílias, com aproximadamente três mil pessoas que sobrevivem do artesanato, da agricultura e da pesca.

Terra Indígena - TI Coroa Vermelha: A aldeia Coroa Vermelha situa-se numa região de intensa movimentação turística, no

³⁵ Silva, 2006, p. 207-10.

território do Extremo Sul da Bahia, município de Santa Cruz Cabrália, entre os km 76 e 79 da BR-367, considerado o palco da invasão dos portugueses em 1500. Ela limita-se ao sul pelo monumento da resistência Pataxó e ao norte pelo rio Mutari.

Essa aldeia Pataxó está distribuída em duas glebas: A e B. A primeira caracteriza-se por ser uma área urbana onde está o conjunto cultural Pataxó e a habitação da maior parte da população; na gleba B, é desenvolvida a agricultura de subsistência e uma pequena parte do território é utilizada para criação de gado. Além disso, há uma parte do território com 827 km de mata que consiste na Reserva da Jaqueira.

Todo o território é formado por 1493 hectares, conquistado a partir da luta pela demarcação na década de 70. Mas somente em 1990 iniciaram-se os estudos antropológicos realizados pelos Grupos de Trabalho da FUNAI. Após o processo de demarcação, ocorrido em 1997, os Pataxó de Coroa Vermelha encontram-se agora em fase de ampliação do seu território por meio da reconquista de outras terras. Como resultado dessa luta pela ampliação do território já existem hoje as comunidades de Juerana, Aroeira e Nova Coroa.

Com isso, a aldeia Coroa Vermelha possui atualmente 1600 famílias e aproximadamente 6000 pessoas que vivem do comércio, agricultura, pesca e de empregos públicos nos setores da saúde e educação.

Terra Indígena - TI Aldeia Velha: Ocupada em 1997, após uma longa história de luta pela terra, a área está situada ao norte à margem do rio Buranhém, com áreas alagadas, manguezal e terreno arenoso. Compõe-se, também, de uma área mais elevada, mais para o interior, próximo à estrada de Arraial d'Ajuda, no qual há mata secundária bem conservada.

Conhecida atualmente como Aldeia Velha, essa TI deriva de um aldeamento jesuíta de 1534, chamada aldeia de Santo Amaro. Os antigos "donos" chamavam esta área de Fazenda de Santo Amaro, mas o nome Aldeia Velha foi dado pela população indígena justamente para reafirmar sua presença desde tempos imemoriais, conforme atestam a existência de sítios arqueológicos no local.

Após muitas histórias de luta, foi em 1992 que Ipê (Silvino Lopes do Espírito Santo) conseguiu unir mais de 46 famílias Pataxó que estavam desaldeadas e iniciou o processo definitivo de conquista desse território, tornando-se então a principal liderança e posteriormente o cacique da aldeia durante muitos anos.

A primeira retomada começou na estrada que liga Arraial d'Ajuda a Trancoso, onde atualmente há o local de entrada da atual Reserva da Aldeia Velha. Os índios permaneceram por cerca de duas semanas neste local. O fazendeiro ficou sabendo da retomada da terra e entrou com uma liminar para que os indígenas desocupassem a área. Ipê recebeu a visita de um oficial da justiça que juntamente com alguns policiais militares expulsaram as famílias que acataram a liminar sem resistência.

No ano de 1998, recomeçou a luta pela terra. Esta fase contou com o apoio fundamental do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e Grupo de Apoio aos Índios Pataxó (GAIPA), que forneceram alimentos às famílias aldeadas. Outra pessoa que teve um papel fundamental nesta luta foi o índio tupi-guarani Taigua, advogado que virou mártir na aldeia, pois foi assassinado enquanto defendia os direitos indígenas, por motivo ainda não esclarecido.

Antes estabelecidos na parte baixa, junto ao rio, por ser uma posição estratégica no processo de ocupação, com a terra indígena consolidada, as famílias passaram a transferir suas moradias para o interior da mata, onde estabeleceram a aldeia definitiva. Atualmente, a Aldeia Velha possui aproximadamente 2.000 hectares no distrito de Arraial d'Ajuda, município de Porto Seguro. Nela residem cerca de duas mil pessoas, que sobrevivem da venda do artesanato e de atividades voltadas para o etnoturismo.

A situação fundiária das três aldeias foi estabelecida conforme o art. 231 da Constituição, como TI "tradicionalmente ocupada por índios", e também de acordo com o título IV, artigo 32, lei 6001 Estatuto do índio (21/12/73).

Atividades econômicas

As principais atividades econômicas das aldeias pesquisadas estão baseadas na venda de artesanato indígena, no investimento no etnoturismo e em atividades de subsistência, como pesca, mariscação e roçado. Particularmente, a aldeia de Coroa Vermelha também investe na venda de produtos de praia e de produtos associados à cultura nordestina (cangas, rendas, redes, cerâmicas etc); e no comércio em geral. Além disso, é comum que, no período de maior movimentação turística, algumas pessoas trabalhem na rede de serviços, como hotéis e barracas de praia nos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia.

Com relação à divisão dos trabalhos, de modo geral, o modelo adotado é aquele em que os homens lidam com a pesca e os trabalhos que sustentam a família e às mulheres cabe o cuidado das crianças e demais atividades domésticas. Não são mais todas as aldeias que atualizam esse modelo, em especial, naquelas mais próximas às cidades, como Coroa Vermelha e Aldeia Velha, os trabalhos são divididos igualmente. Em todas as aldeias homens e mulheres podem se candidatar aos cargos de liderança.

Organização social e política

O povo Pataxó constitui família, normalmente, com idade entre quinze e dezesseis anos e, de modo geral, essa família tende a ser grande, tem entre 10 a 12 filhos. Cada unidade familiar possui sua casa e trabalha para o seu sustento, contudo, mantém vínculos importantes com os pais e outros parentes, seguindo as mesmas tradições de fazer artesanato, roças e farinha com eles.

Desse modo, em relação à organização interna, embora cada grupo doméstico se constitua de maneira autônoma em relação aos demais, é importante considerar as relações de parentesco, fundamentais na constituição das redes de cooperação e solidariedade – horizontais ou verticais – sobretudo no que concerne à sustentabilidade econômica de cada unidade. Estas redes correspondem, em geral, a famílias extensas ou a conjuntos de famílias extensas, e a abrangência delas tende a extrapolar os limites estritos da comunidade local. Contudo, estas famílias estão subordinadas a lideranças políticas e econômicas locais, o que contribui

para uma plena caracterização da aldeia como principal pólo político Pataxó. Mas isso não significa que exista uma “unidade” política nas aldeias; ao contrário, assim como há heterogeneidade social, existem grupos opostos e concorrentes.

As três aldeias adotam um regime político regido por um cacique, que é o líder geral, e as lideranças e conselheiros, que são os seus auxiliares e cuidam dos problemas relacionados à comunidade. São eles que buscam desenvolver e promover políticas que deem condições para sanar as necessidades existentes no cotidiano da comunidade.

Não existe periodicidade pré-estabelecida, nem forma de eleição definida para a escolha das lideranças Pataxó de cada aldeia. O modo como se organizam politicamente decorre do grau de satisfação da comunidade em relação às lideranças: se a comunidade não estiver satisfeita, ela se reúne e propõe uma nova liderança para a aldeia. Atualmente, na aldeia Barra Velha, a liderança política é o cacique Romildo; na aldeia Coroa Vermelha, é o cacique Aruã; e na Aldeia Velha, o cacique Urubaia

As expressões de uma “unidade” política e social nas aldeias só ficam evidentes no contexto de suas relações com a sociedade não indígena, no qual a condição de indígena desempenha um papel fundamental. No caso, como grande parte das aldeias Pataxó foram configuradas a partir da diáspora ocorrida em 1951, é possível considerar que elas compõem com Barra Velha um conjunto político e social que, apesar de disperso, vêm se rearticulando formalmente em encontros regulares, motivados pelo resgate de uma história comum, de aspectos culturais e de relações de parentesco e pela luta por direitos e territórios. Nesse âmbito, em 1998, foi criado o Grupo de Pesquisa da Língua e História Pataxó (ATXOHÃ) e, em 2010, foi criada a Federação Indígena das Nações Pataxó e Tupinambá do Extremo Sul da Bahia (FINPAT), antecedida pela Frente de Luta e Resistência Pataxó e pelo Conselho de Caciques.

É importante destacar também a existência de associações que auxiliam no trabalho de luta por direitos e promoção de ações para melhoria das condições de vida da população em todas as três aldeias pesquisadas. Em 2011, as associações atuantes nas comunidades são a ASPECTUR (Associação Pataxó de Ecoturismo), a ACIBAVE (Associação da Comunidade Indígena de Barra Velha), a Associação de Ecoturismo

Pataxó de Aldeia Velha e a ACIPACOVER (Associação Comunitária Indígena Pataxó de Coroa Vermelha).

Língua: o patxohã

As marcas da história de resistência e dos processos de reinvenção do povo Pataxó estão na sua língua que, após longo período de proibições de seu uso, passa atualmente por uma nova fase.

Através do trabalho independente de pesquisa de educadores e lideranças Pataxó, preocupados em afirmar suas tradições e costumes, em 1998, foram iniciados estudos mais detalhados da língua e o resgate de muitas palavras do vocabulário Pataxó, culminando com a ampliação desse vocabulário que inicialmente não passava de 200 palavras para um vocabulário de 2.500 palavras.

Como já observado, a língua falada pelos Pataxó pertence ao tronco linguístico Macro-Jê. Contudo, durante as pesquisas realizadas foram coletadas palavras entre os mais velhos provenientes de outras línguas e troncos linguísticos, sendo que atualmente este material está passando por um processo de análise e revisão. Mas para entendermos como essa mistura ocorreu, é importante levarmos em consideração que, de acordo com registros históricos, os Pataxó e outros povos foram forçadamente retirados de seus territórios originários e aldeados em Bom Jardim, hoje Aldeia Pataxó Barra Velha, contribuindo para a diversidade do seu vocabulário e seus costumes³⁶.

Esse trabalho, apesar de todos os avanços, está ainda em fase de desenvolvimento: na música, o uso do patxohã, como é chamado o idioma Pataxó, já é uma realidade; no entanto, há ainda muito a ser feito para que o uso cotidiano também se torne efetivo. Mas se depender dos esforços dos educadores e das lideranças Pataxó empenhadas na valorização de sua língua e cultura, em breve todos estarão se comunicando em patxohã sem embaraço.

³⁶ Professores Indígenas: Povo Pataxó, 2005, p. 16.

Algumas saudações em Patxohã:

Hayôkuã - Bom dia

Resposta - Hayôxó

Itxê niató - Boa tarde

Resposta - Miriaú

Takohã - Boa noite

Resposta - Akunã

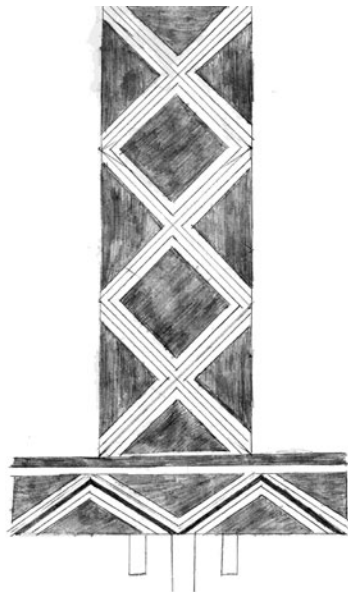
Awêry - Obrigado

Resposta - Iamã

Tukê tukehê - Boa sorte

Arnã ertô - Eu te amo

Tsägô - Tchau



Algumas palavras em Patxohã:

Niopatxiõ: Abraçar

Niahé: Acordar

Dawê: Adeus

Mõpõy: Adorar

Hamikaháy: Aniversário

Hitup: Alegria

Hatxotxáy: Ótimo, certo, ok.

Sunniatá: Cantar

Akaié: Líder

Hãytxô: Criador

Niamisû: Deus

Ãkohay: Amigo

Pakhê: Cultura

Txobhá: Cura

Taputarí: Parente

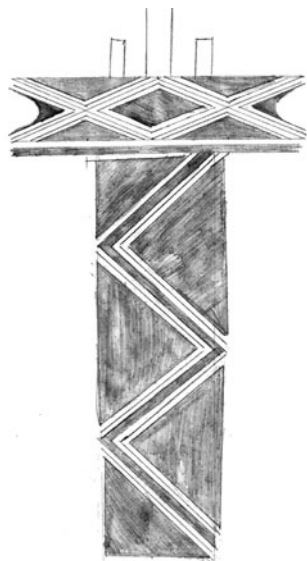
Pataxí: Aldeia

Kijêtxawê: Escola

Hũtxeká: Com licença

Kawatá: Coração

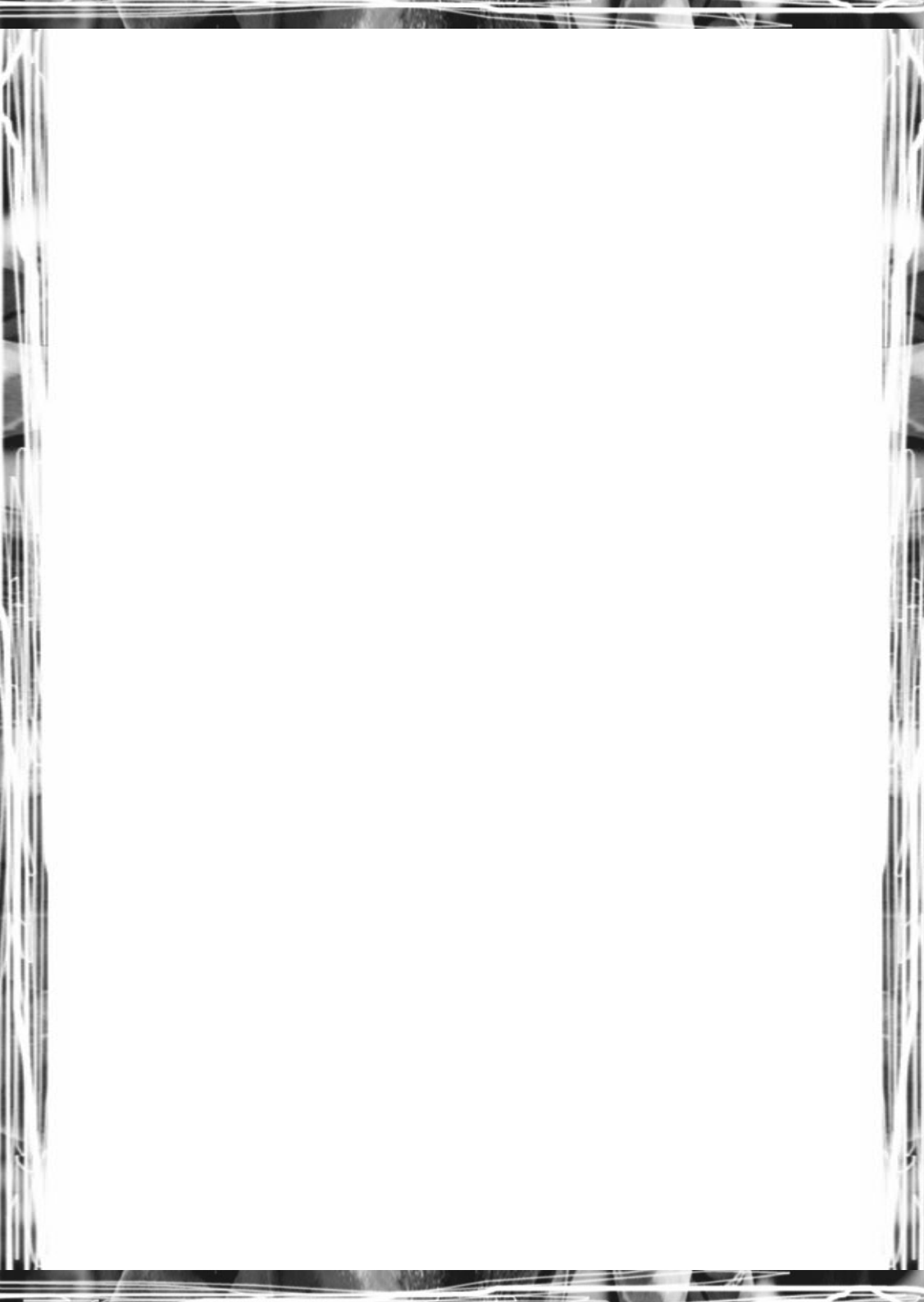
Areneá: Falar





*Aspectos da Cultura dos Pataxó
do Extremo Sul da Bahia:
Saberes e fazeres*







3 - Aspectos da Cultura dos Pataxó do Extremo Sul da Bahia: Saberes e Fazeres

Medicina Tradicional

O pajé

O Pajé é um grande sábio da aldeia. Numa aldeia, o pajé é considerado como o curador, o médico que cuida das doenças que a atinge. Geralmente, o pajé é sempre um dos mais velhos por causa de seu conhecimento em todas as áreas: medicinal, adivinhações através do tempo e na preparação de remédios naturais. É aquela pessoa que reza e cura as pessoas. É um ancião, que traz consigo desde a nascença, o dom espiritual e a força dos ancestrais e que no decorrer de sua vida vai adquirindo experiência e conhecimento.

Atualmente, os anciãos que exercem essa atividade nas aldeias pesquisadas são o pajé Itambé (Alberto do Espírito Santo Matos), de 78 anos, na aldeia de Coroa Vermelha; a pajé Jaçanã (Maria Dajuda Alves da Conceição), de 69 anos, na Aldeia Velha; e o pajé Albino Braz, na aldeia Barra Velha.

Além de benzer e curar as pessoas por meio do poder das rezas e das plantas, os pajés produzem muitos remédios para curar os males que atingem a população das aldeias. Algumas ervas medicinais são muito utilizadas pelo povo Pataxó de modo geral. São elas:

☉ **Amesca:** uma árvore muito importante para os Pataxó. A sua seiva é usada nos rituais sagrados do povo Pataxó em forma de incenso, para espantar os maus espíritos e fortalecer os espíritos dos guerreiros. Também tem importante uso medicinal: a seiva serve para combater dores de cabeça, dor de dente, sinusite, dor de barriga e outros. Seu aroma é bastante agradável.

☉ **Babosa:** a folha da babosa batida no liquidificador junto com leite é usada para combater o câncer. É também eficaz no combate à diabetes, fazendo o comprimido do seu líquido com a farinha de trigo.

☉ **Santa Maria:** o sumo de sua folha serve para combater micoses e impigem, passando no local. O banho com suas folhas serve para combater a sinusite e a goma de suas folhas serve para curar infecções na pele.

☉ **Cardo Santo:** a folha batida no liquidificador junto com leite é anti-inflamatório; o chá com as folhas serve para dores no corpo; o sumo da folha junto com óleo de rícino serve para combater a pneumonia.

☉ **Tioiô:** o banho com suas folhas serve para o fortalecimento espiritual, “olho gordo” e combate à sinusite; o chá das suas folhas serve para combater verme.

☉ **Confrei:** o chá com as suas folhas é anti-inflamatório; o sumo junto com leite serve para tirar pustema; o chá junto com coentro-maranhão é anti-inflamatório fortalecido, serve para curar inflamação de garganta.

☉ **Hortelã:** o chá com as suas folhas serve para combater febre e gripe; as suas folhas amassadas espantam ratos de casa, colocando no local onde eles costumam aparecer.

☉ **Boldo:** o chá com as suas folhas serve para congestão e dor no estômago.

☉ **Coentro-Maranhão:** o chá com as suas folhas é estimulante sexual; o sumo da raiz pisada serve para escorbuto.

☉ **Chapéu-de-couro:** o chá com as suas folhas serve para combater dores no corpo; a raiz e as folhas colocadas na cachaça servem para reumatismo.

☉ **Cana-de-macaco:** o sumo de seu caule e olho serve para combater hemorragia, dor de estômago e problema nos rins; o chá das folhas serve para dores no corpo.

☉ **Artimijo:** a massagem com as suas folhas aquecidas serve para acelerar o processo de parto.

☉ **Mastruz:** o chá e o sumo de suas folhas é anti-inflamatório e também serve para combater dores e febre. Também combate vermes. As suas folhas pisadas e amarradas num local servem para curar inchaços e dores nos ossos; o sumo do mastruz com leite serve para retirar pustema e combater pneumonia³⁷.

Vale destacar que o conhecimento que os pajés possuem sobre a flora local e a manipulação das ervas é digno de reconhecimento e que não consiste numa forma paliativa ou atrasada de lidar com problemas de saúde. Ele resulta de anos de observação e prática e depende da transmissão de conhecimentos por meio da oralidade.

A parteira

Na comunidade, normalmente a parteira é uma anciã que tem

³⁷ Nascimento, 2003.

muitos conhecimentos tradicionais, em especial, das plantas e ervas. Na hora de realizar um parto, ela conhece as técnicas de acompanhamento e preparação dessas ervas medicinais para que seu trabalho ocorra conforme o planejado.

Uma mulher Pataxó torna-se parteira vivenciando, praticando e, geralmente, seguindo uma tradição familiar. O trabalho da parteira é um trabalho árduo e que exige muita dedicação: ela está presente não só no momento do parto, mas sobretudo nas horas que o antecedem, preparando os banhos com artimijo, mentrasto, folha de jenipapo, tioiô e outras ervas que auxiliam o trabalho.

Usualmente, ela começa a participar dos partos por volta dos 20-25 anos de idade, acompanhando uma parteira mais experiente. É a partir daí que começa a pôr em prática e exercer a atividade, ganhando o respeito, primeiramente, dos familiares e, em seguida, da comunidade.

As anciãs que atualmente desempenham essa atividade nas aldeias são: em Barra Velha, Dona Roxa, Bia, Dona Maria Coruja, entre outras; em Coroa Vermelha, Dona Rosa (Rosa Neves do Espírito Santo) de 67 anos, parteira há 47 anos; e em Aldeia Velha, a Pajé Jaçanã.

Assim como no caso do trabalho desempenhado pelos pajés, cabe destacar que o trabalho das parteiras não é um paliativo das comunidades indígenas para suprir a carência de uma rede médico-hospitalar. Pelo contrário, elas são alternativas eficientes e qualificadas a essa rede que, de modo geral, atende às necessidades da população indígena tanto quanto à da não indígena, operando por meios não invasivos e não farmacológicos, utilizando massagens e técnicas de relaxamento.



RESERVA DA JAKU

YOKI

ALEPE



Formas de habitação

O Kijeme

São as casas tradicionais, assim chamadas na Língua Pataxó. O kijeme pode ser feito de barro, conhecido como taipa, pau-a-pique ou palha. A cobertura pode ser de folhas de palmeiras, sapé, oricana, marimbu ou piaçava. Um kijeme geralmente pode abrigar uma família com até oito pessoas, a dormida é em esteiras colocadas no chão, em tarimbas ou em giral, como é chamada a cama na língua Pataxó.

Para espantar os mosquitos, faz-se um incenso com folhas de ervas e um fogo para espantar os animais. Em época de frio, pegam-se brasas do fogo e colocam-se debaixo da tarimba para esquentar as crianças³⁸.

As habitações tradicionais dessa região distinguem-se do modelo xinguano, padrão mais conhecido pelos não indígenas, por possuírem um formato cônico.

³⁸ Nascimento, 2003, p. 29.

Atualmente e em especial nas aldeias urbanas, a maioria das casas pataxó são de alvenaria. Contudo, nas aldeias mais afastadas, encontramos muitos pataxó residindo em casas de taipa, algumas no formato cônico.





Pesca

Uma das principais atividades econômicas e de subsistência das famílias Pataxó, a pesca nos dias de hoje é realizada com o auxílio dos seguintes instrumentos: suru com tapagem, redes de náilon, canoa de troncos grossos de madeira para pesca no rio ou barco no mar, linha e anzol. Na pesca de mariscos, utilizam-se o bicheiro, o facão e até máscaras de mergulho, arpão com pressão e outros.

Os pescadores, quando pegam muitos peixes, vendem para outras pessoas ou trocam com outros indígenas por farinha, aipim e outros alimentos. A farinha e o peixe são um dos alimentos preferidos da população Pataxó.

Comidas e bebidas

Tibirimã Pataxó

Antigamente, os guerreiros ancestrais da tribo Pataxó quando iam para as florestas e rios caçar ou pescar e não levavam consigo panela de barro para preparação dos alimentos para comer (carne, peixes, raízes, etc.), nem queriam comer os alimentos assados na brasa, usavam como alternativa a folha da patioba. Eles procediam da seguinte forma: pegavam a folha e levavam-na ao fogo para esquentar até dar alguns estalos, soltando um líquido parecido com óleo em sua parte externa. Esse óleo, juntamente com a água dentro da folha, serve para proteger a mesma para não queimar.

Depois, faziam uma armação, fincando um gancho de madeira de um lado e outro do fogo, atravessando uma vara por cima do mesmo e amarrando as suas extremidades nos ganchos. Em seguida, amarravam a patioba na vara, colocando água e os alimentos dentro da mesma. A água ferve normalmente até cozinhar os alimentos. Enquanto houver água, a folha não queima³⁹.

Atualmente, a base da alimentação Pataxó provém das atividades de pesca e do plantio de gêneros alimentícios, em especial, da mandioca, mas também do inhame, da batata, do amendoim, da taioba e araruta. No entanto, a farinha, o beiju e outros derivados da mandioca estão mais presentes na alimentação cotidiana.

A condição urbana de algumas aldeias, ou a proximidade com centros urbanos também influencia os hábitos alimentares, levando parte da população Pataxó a incorporar à sua dieta gêneros alimentícios adquiridos nos mercados e no comércio local, mas sem deixar de lado o consumo dos alimentos tradicionais. Dessa maneira, é possível observar que a população das aldeias Coroa Vermelha e Aldeia Velha recorrem mais a gêneros alimentícios comprados nos mercados, enquanto os moradores da aldeia Barra Velha baseiam seu cardápio no pescado e no roçado.

³⁹ Nascimento, 2003, p. 29-30.

A seguir, algumas receitas tradicionais dos Pataxó:

© **Peixe na patioba:** uma das comidas mais características da culinária Pataxó. Para preparar o peixe na patioba, primeiramente, tomam-se três patiobas de tamanho médio, que são lavadas e depois levadas ao fogo para murchar parcialmente. Em seguida, pega-se o peixe tratado e coloca-se um pouco de sal, sem mais temperos. Então pegam-se as três folhas e amarra-se o peixe com a ajuda de um cipó verde. Este amarrado deve ser levado ao fogo, em brasa ou rescaldos, ainda bastante aquecido, caso contrário queima-se a folha e também o peixe. O peixe na patioba fica pronto em cerca de trinta minutos. Depois é só servi-lo com farinha de puba ou mandioca assada ou cozida.

© **Farinha de puba:** o primeiro passo para fazer a farinha é arrancar a mandioca, ralar e colocar dentro da água para pubar (amolecer). Nesse processo a farinha puba desce e é preciso retirar a água em que ela ficou e lavá-la até perder o gosto de azedo. Quando estiver pronta, rala-se outra mandioca nova e para misturar com a massa de farinha puba. Depois de misturá-las, coloca-se a massa na prensa, enxuga-a e se quiser pode torrâ-la no mesmo dia com bastante fogo.

© **Bolo de puba:** você faz a massa de puba conforme descrito acima, acrescentando coco ralado e açúcar e misturando tudo. Se quiser, pode-se enrolar a massa na palha de banana e colocar para assar. É preciso virar os lados para assar o bolo dos dois lados.

© **Beiju de coco:** o primeiro passo para preparação do beiju de coco é ralar a mandioca e retirar a goma, espremendo a mandioca com um pano. Em seguida, é preciso deixar a goma assentar para separá-la da água. Depois da goma separada, é preciso coá-la e fervê-la, deixando-a descansar por um dia. Feito esse processo, a goma tem que ser peneirada, então acrescenta-se um pouco de sal e leva-se a massa ao forno para secar. Por fim, acrescenta-se o coco com um pouco de açúcar.

© **Cauim:** é uma bebida alcoólica tradicional dos povos indígenas do Brasil desde tempos pré-colombianos, feita através da fermentação da mandioca ou do milho. No caso dos Pataxó o cauim é também chamado de aluá. A matéria-prima é a mandioca, que é ralada, amolecida em água durante alguns dias (pubada), cozida, triturada e recozida para a

fermentação. A bebida resultante é opaca e densa e tem gosto azedo; ela pode ser misturada com várias frutas e com caldo de cana. O cauim pode ser consumido no cotidiano por uma ou duas pessoas, mas é mais comumente consumido em festas com dezenas ou centenas de pessoas, frequentemente de duas ou mais aldeias. Atualmente, contudo, produz-se cada vez menos o cauim devido ao processo demorado e trabalhoso de feitura da bebida.





Artesanato

A produção artesanal de adornos e objetos de uso cotidiano sempre foi parte constituinte da cultura Pataxó, mas foi na década de 70 que essa atividade passou a ser uma importante fonte de renda para parte das famílias. É nesse período que a aldeia Coroa Vermelha começa a se estruturar e, concomitantemente, o litoral sul da Bahia torna-se um dos principais destinos turísticos do Brasil, aumentando a circulação de capital financeiro e social.

Há uma variedade de produtos artesanais produzidos pelos Pataxó, que podem ser caracterizados pelas matérias-primas utilizadas, retiradas especialmente da flora e fauna local, com a preocupação de realizar o extrativismo sustentável das mesmas.

Os padrões gráficos baseados em estudos da fauna local, como besouros e cobras, também singularizam sua produção artesanal, assim

como a preocupação com a manutenção das características de rusticidade do produto, conforme salienta Capimbará, importante artesão de Coroa Vermelha.

As matérias-primas mais utilizadas são as madeiras oiticica, pati, arapati, aderno, cundururu, patiburi, jussara, pau d'arco, laranjeira e bambu; as sementes de tento, salsa, pakari, mauí, milagre, café-beirão, mata-passo, tiririquim, juerana, olho de pombo, olho de boi, pariri e sabão-de-macaco; e alguns cipós, como o cipó-caboclo. Com elas é que se produzem os cestos, balaios, caçoá e chocalhos de cipó; as gamelas, petisqueiras e figuras de animais de madeira; os colares e pulseiras de sementes; os adornos para o cabelo e brincos de madeira, sementes e penas de aves; e os maracás de coco e cabaça, além dos chocalhos de bambu.

Assim como quase todas as atividades produtivas pataxó, o artesanato também é uma atividade em que o processo produtivo é controlado autonomamente pelo núcleo familiar, sendo o produto final apropriado pelo chefe da unidade doméstica. No entanto, é difícil encontrar alguma dessas unidades capaz de controlar todo o processo produtivo tendo em vista o longo percurso que vai desde a aquisição da matéria-prima até a venda ao consumidor final.

Podendo ser dividida em quatro etapas básicas, a atividade artesanal inicia-se com a obtenção da matéria-prima e segue para a produção efetiva, o acabamento e a comercialização do produto. De maneira geral, desde a coleta de matéria-prima até a venda do produto totalmente acabado, o processo envolve vários produtores que se configuram enquanto unidades familiares autônomas, mas que pertencem à mesma família extensa ou ao mesmo conjunto de famílias extensas. Essas redes de relações são importantes para viabilizar a aquisição de determinadas matérias-primas (em especial, as madeiras) que só são encontradas nas aldeias mais distantes dos melhores pontos de venda, como a aldeia Boca da Mata, situada no Monte Pascoal, e também para escoar produtos.

Alguns objetos importantes para os Pataxó:

O maracá

O maracá é um instrumento sagrado para o povo Pataxó, que os acompanha no momento dos rituais internos e externos da aldeia. É como uma espécie de um globo, uma cabeça humana, onde os conhecimentos, saberes e riquezas ficam armazenados em cada Pataxó, crianças ou adultos, que os possuem. O maracá é o companheiro de viagens, manifestações, lutas, assim como o tupsay e a borduna, ou seja, os Pataxó e o maracá são inseparáveis.

Os Pataxó confeccionam e produzem os maracás de coco e cabaça; existem maracás com detalhes Pataxó e os rústicos. Neles são colocadas as sementes de tento e, às vezes, o próprio tento. Há também os maracás produzidos para comercialização em barracas e lojas. Esses maracás também são feitos com cocos, cabaças e com pequenos pedaços de cipó e bambu e raízes de mangue.

Esse instrumento é produzido por técnicas manuais bastante cuidadosas para que saia em estado perfeito. Até porque é confeccionado por elementos compostos da própria natureza, como o coco, a cabaça, sementes, cordas de imbiriba e o apoiador de mão também da natureza, pois é ele que entoa e sintoniza os sons do ritual do awê.

Assim, o maracá é um dos instrumentos Pataxó que se deve manter o respeito e o cuidado: ele não deve ficar exposto em qualquer lugar, nem ser emprestado. No momento em que se bate ou toca o maracá, os Pataxó estão convidando os anciãos e os antepassados para festejar com eles aquele momento. Esses contatos com os elementos da natureza os deixam mais fortalecidos.

O cocar

O cocar é também um instrumento sagrado para os Pataxó, porque tem um grande valor e serventia para cada um deles. Antigamente, o cocar dos Pataxó era feito apenas com duas penas de papagaio: colocava-se uma de um lado e a outra do outro, amarradas na palha. Algumas mudanças ocorreram na forma de fazer o cocar e hoje em dia os Pataxó usam mais penas

coloridas. Assim ele é atualmente confeccionado com penas de chukakay (galinha), fibra de palha de aricuri (coco de praia) e alguns materiais de não índios, como a cola para colar as penas.

Há vários tipos de cocares feitos e usados de maneiras diferentes pelos Pataxó. O cocar de uso pessoal tem um sentido e uma simbologia muito forte em ocasiões diferentes e em membros com funções diferentes. Isso quer dizer que para um membro usar dentro da comunidade um cocar com apenas uma pena, duas penas, ou três penas na frente do cocar, em destaque, significa que ele é um cacique, ou um chefe comunitário de alguma instituição. Quando a pessoa não exerce nenhuma função, ela usa cocares simples de acordo com seu gosto.

Cada membro indígena Pataxó não deve vender o seu cocar de uso pessoal, nem emprestá-lo para outras pessoas, nem deixar em qualquer lugar, como forma de desprezo, pois o cocar para o povo Pataxó é um amigo e um parceiro nos momentos de cerimônias e rituais para trazer força e energia mental, física e espiritual.

O colar

Adereço sagrado para os Pataxó, o qual se tem um grande respeito. Cada lugar tem os seus colares de uso diário, em seus rituais, cerimônias, trabalhos e em outros eventos. O colar ou masaká é um adereço feito pelos Pataxó para o uso cotidiano. Cada membro de uma comunidade indígena, por sua vez, tem que ter os seus colares.

Os colares Pataxó são criações de sementes oferecidas da natureza, da Mãe Terra. Os colares são feitos com sementes como: pariri, tento, mata-passo, olho de pombo, juerana, salsa da praia, mauí, café-beirão, pakari, milagre etc. Para ficarem mais bonitos, também são usados como enfeites ossos, madeirinhas, penas, linhas de tucum e linhas de nylon.

O uso dos colares no pescoço pelos Pataxó tem um fundamento forte, eles estão se protegendo de alguma coisa ruim: olho gordo, mal olhado e outros males. Assim, da mesma maneira como ocorre com o maracá, os colares de uso pessoal não podem ser vendidos, dados ou emprestados a outras pessoas, pois eles são adereços abençoados pela natureza viva.

Os colares Pataxó são como se fossem uma corrente de união entre sementes e cores da terra, assim é a comunidade indígena.

A tanga

A tanga é uma vestimenta de muito valor e respeito para os Pataxó. É uma vestimenta de uso pessoal utilizada em momento ritual, em batalhas, e é sua companheira em todos os lugares. Cada etnia tem a sua vestimenta com estilos e formas diferentes de serem feitas e usadas. A tanga Pataxó é feita de biriba, uma espécie de árvore da mata, e também de taboa, vegetação encontrada nos brejos. O nome dado a essa vestimenta em Pataxó é 'tupsay', que significa 'roupa'.

A tanga de biriba é como qualquer outro adereço, ou instrumento Pataxó: não deve ser emprestado, vendido, ou deixado de qualquer jeito, pois ela, juntamente com outros instrumentos indígenas, deixa os Pataxó mais fortalecidos e protegidos contra coisas ruins.

Hoje em dia só os Pataxó da região da Bahia usam e fazem as tangas de biriba. Mas também se comercializam as tangas de taboa para o uso de qualquer pessoa.

O arco

Instrumento de defesa e de caça, os arcos Pataxó são feitos de três espécies de árvores, como pau d'arco, laranjeira e pati. A corda é trançada com imbiriba, árvore da floresta que possui fibra muito resistente.

Antigamente, os Pataxó utilizavam os arcos para lutar, caçar e pescar. Hoje, no entanto, esse instrumento é utilizado na comunidade Pataxó para ser comercializado, decorar a casa e disputar torneios indígenas de arco e flecha. Mas mesmo ele não sendo mais utilizado pelos Pataxó, muitas etnias ainda o utilizam para caça, pesca e luta.

Para fazer um arco, ele deve ter a companhia das flechas, porque não se usa arco sem flecha e nem flecha sem arco. E as flechas são feitas com ponta de ossos para uma melhor perfuração.

Tibero

O tibero feito de madeira, é usado pelos Pataxó para incensar e afastar as influências negativas. Colocam-se ervas, amesca e sementes como imburana, entre outras.





Jogos e brincadeiras

Os Jogos Indígenas, evento realizado na aldeia Coroa Vermelha, anualmente, no mês de abril, tornam concreto o laço de união entre as nações que lutam pelo fortalecimento e manutenção de suas culturas. Eles proporcionam o encontro de várias comunidades, como os Pataxó Hã Hã Hãe, Tupinambá, Kiriri e os Pataxó de Barra Velha, Trevo do Parque, Mata Medonha e Aldeia Velha.

É uma maneira de manter e valorizar a cultura Pataxó para que essa nunca se acabe e para que passe de geração em geração. Nos jogos, há as modalidades de arco e flecha, natação, patw miwka'ay, arremesso de takape, canoagem, cabo de guerra, corrida com maracá, corrida com tora e bodoque, que podemos melhor detalhar a seguir:

☉ **Cabo de guerra:** Esse jogo é disputado por dezesseis índios, sendo dois grupos de oito homens de cada aldeia participante. Ganha o grupo que conseguir arrastar os adversários primeiro, puxando uma corda. Esse jogo exige muita força e resistência, por isso os índios treinam o ano todo para que no dia jogos eles estejam preparados.

☉ **Zarabatana:** é uma arma de caça que os Pataxó usam para caçar animais de pequeno porte, como pássaros. A zarabatana é feita com uma vara de bambu com dois metros de comprimento onde se coloca uma pequena flecha com a ponta muito afiada que é soprada pelo índio. O jogo da zarabatana é disputado por dois índios de cada aldeia, sendo um homem e uma mulher. Cada participante tem três chances para acertar o alvo em forma de peixe. Ganha aquele que conseguir marcar mais pontos.

☉ **Arremesso de takape:** o takape é uma arma de guerra usada pelos Pataxó nos seus confrontos com outros povos. O takape é feito com uma vara de pati (palmeira), em que é colocada uma ponta de osso muito afiada. Essa arma mede aproximadamente dois metros de comprimento. Nos jogos indígenas, o arremesso de takape é disputado por dois participantes de cada aldeia, sendo um homem e uma mulher. Ganha o participante que arremessar o takape mais longe.

☉ **Corrida de maracá:** a corrida de maracá surgiu na Aldeia Velha em 2005, no primeiro Intercâmbio realizado nesta aldeia. Foi através de uma brincadeira feita pelas crianças, liderada por Tuhutahy e Paty. Nos jogos, a corrida de maracá é disputada por dois grupos de cada aldeia, sendo um grupo feminino e um grupo masculino. Os participantes devem correr com o maracá na mão até o ponto estipulado, fazer a volta e entregar o maracá na mão do próximo participante. Ganha o grupo em que todos os participantes concluírem o trajeto primeiro.

☉ **Corrida de tora:** tradicionalmente, os Pataxó sempre estiveram em confronto com outros povos, por isso a corrida de tora era usada como um teste para saber se o kacuçu (homem) estava preparado para casar. O kacuçu tem o dever de carregar uma tora com o peso da sua jokana (mulher) até uma determinada distância, porque ele tem o dever de ajudá-la caso ocorra algo com ela na mata. Hoje, a corrida de tora também é uma das modalidades dos jogos indígenas. Ela é disputada por dois homens de cada aldeia. Eles ficam a uma determinada distância um do outro, um deles

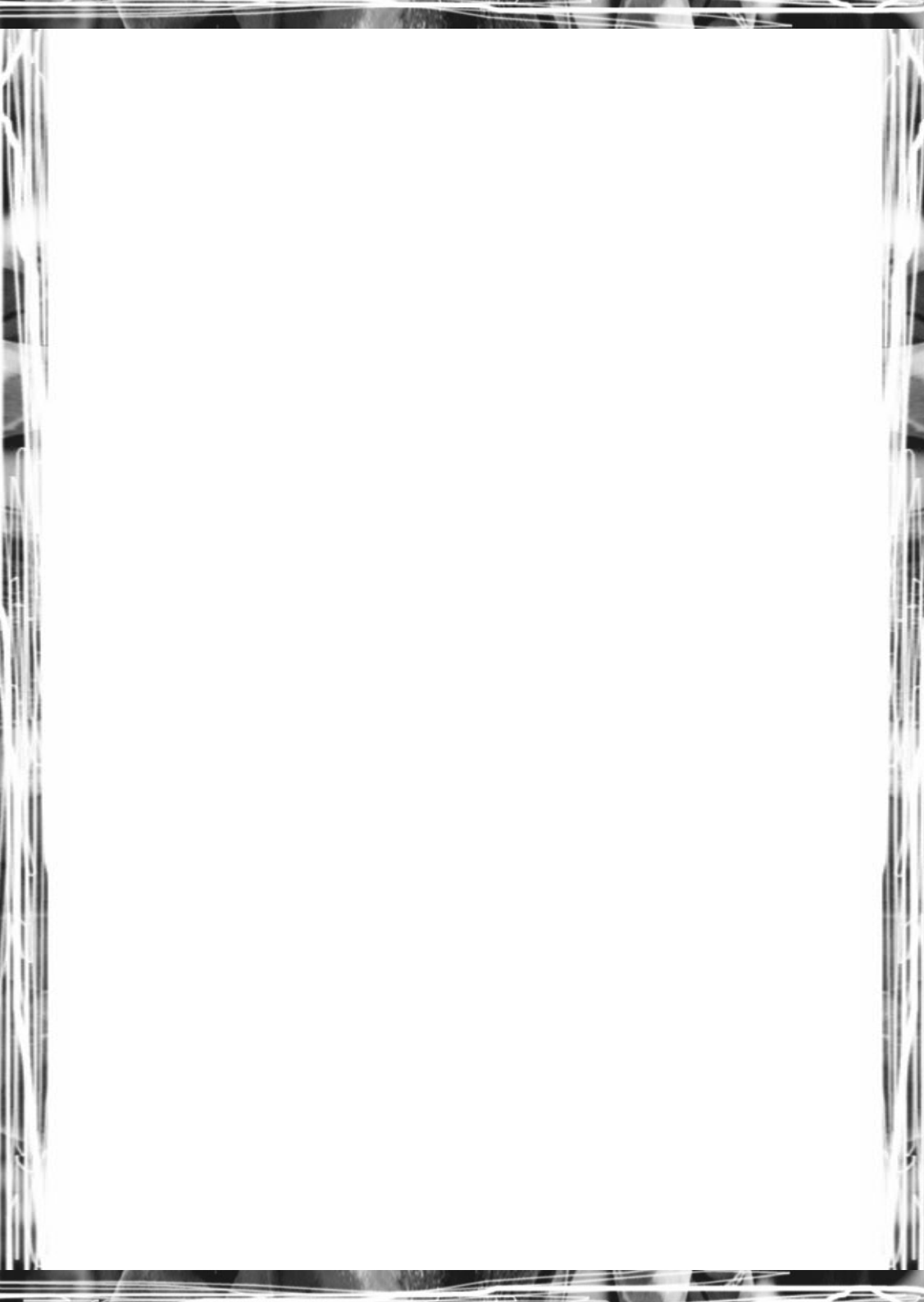
corre com a tora até o participante que está do outro lado e faz a passagem da tora para o outro retornar ao ponto inicial. Ganha quem fizer o trajeto mais rapidamente.

Também existe o projeto Jogos e Brincadeiras Pataxó, que surgiu a partir da ideia de professores e coordenadores da Escola Indígena Pataxó de Coroa Vermelha, entre os anos de 2009 e 2010. Nesse projeto trabalharam-se temas transversais envolvendo todas as disciplinas das séries iniciais e fundamental I e II, divididas por unidades.

Esse trabalho conta com o envolvimento e participação de alunos, pais e professores, ou seja, da comunidade em geral, visando à realização de pesquisa pelos alunos das brincadeiras que seus pais mais gostavam e brincavam. Desse primeiro levantamento, destacaram-se brincadeiras com as bonequinhas de milho, bonequinhas de pião, panelinha de argila, pelotas de barro, bonecas de pano, carrinhos de coco e animais de barro.

O projeto teve orientação da professora Clélia Cortez, especialista em Educação e Metodologia Indígena. Esse trabalho é feito em decorrência da Semana de Exposição da Escola Indígena e aberto à visitação às demais escolas não indígenas circunvizinhas e região.







Rituais, Cantos e Danças

A dança e a música são muito importantes para os Pataxó. Quando estão cantando e dançando, eles estão em contato com a terra e toda a natureza, recebendo a força de Niamisũ.

Awê

O Awê ou Heruê, para os Pataxó, representa força, união, alegria, espiritualidade e acima de tudo conquista.

Cantar e dançar não são apenas uma diversão, pois quando se fala em cantar e dançar o awê pensa-se em entrar em harmonia com o ambiente e com o sagrado.

O awê traz segurança: a dança e o canto são instrumentos de comunhão entre os Pataxó, pois o canto é a voz dos espíritos, é mensagem

entre as pessoas que faz viajar entre histórias, mergulhar em sonhos, viajar por mundos distantes. Na dança, transpira-se energia antiga e recupera-se outras da terra, do ar, da água, do fogo e de todas as energias positivas que formam a natureza.

A dança e o canto Pataxó buscam a harmonia do canto dos pássaros, o barulho das águas, o movimento das nuvens, o silêncio das pedras, o ruído dos ventos, o calor do sol e a pureza da lua... É assim que celebram e revivem com os antepassados tudo o que são, buscando neles a força para continuar lutando e enfrentando os desafios da vida⁴⁰.

Ritual da aruanda

A aruanda é uma planta medicinal e o ritual é feito para retirar maus espíritos⁴¹.

Ritual da chuva

Antigamente, os índios mais velhos faziam o ritual quando estavam precisando de chuva. Faziam muitas coivaras para fazer fumaça, virar nuvem e chamar a chuva. Se tocassem fogo nas coivaras na parte da manhã, a chuva caía à tarde, e se botassem fogo na parte da tarde, a chuva caía à noite. Eles agradeciam cantando o ritual da chuva⁴².

Há, além destes, os rituais do Fogo Sagrado e da Lua Cheia que são realizados periodicamente nas aldeias Coroa Vermelha/Reserva da Jaqueira e Barra Velha.

⁴⁰ Professores Indígenas: Povo Pataxó, 2005, p. 87.

⁴¹ Professores Indígenas: Povo Pataxó, 2005, p. 86.

⁴² Professores Indígenas: Povo Pataxó, 2005, p. 87.

Algumas músicas do povo Pataxó:

Pataxó Muká, Mukáú

Muká, Mukáú

Pataxó Mayô Werimehe

Mayô Werimehe

Hetô, Hetô, Hetô Pataxó

Kotê Kawi Suniatá Heruê

Heruê-Hê-Hê – Heruê, Heruê

Pataxó unir, reunir

Unir, reunir

Pataxó luz do amor

Luz do amor

Te amo, te amo, te amo Pataxó

Beber cauim e cantar awê

Awê-he-he – awê, awê

Letra e melodia: Matalawê (Coroa Vermelha), 1999

Ahõ trakejá

*ãhõ muhũ txihi Pataxó
kamayurá*

patxutxá takap akuã

*patxutxó mikay dxihí
mukueme*

txuhap muká penaô

henuhé ãhõ hõ

*heruê eiê, heruê eiê, eiê,
heruê*

Não amoleça,

*Não durma índio Pataxó
corajoso.*

*Furar com lança e flecha, cortar
com facão não-índio mau.*

*Vamos unir e pisar forte e não
cansar.*

Letra: Aruã/Matalawê
(Coroa Vermelha), final de 2000

Pakte iẽ niamysũ

*Akxãý taputary txuráo
dxê iõ kramuhá*

*Ahõhẽ topehẽ torotẽ
ãtxuab txuráp patxitxá*

*karnetú awé dxa'há iẽ
yamany ùg patxitxá*

*Iõ pãkte ytsã karnetú
niamisũ hũ nytxy
werymehe.*

Agradecimento a deus

*Oi, parente, vamos ver o
mar, como ele está lindo*

*Vamos fazer o nosso awé
para a mãe d'água*

*E fazer nosso agradecimento
a deus com muito amor.*

Letra e melodia: Eyhnã Pataxó
(Aldeia Velha)

Txihi pataxó

Yẽ awãkã txó txihi pataxó

mê'á ùpú ykhã, dxê'mká

ùg nitxi ãksã.

Índio pataxó

A história do índio pataxó

*É de luta, glória e muitas
vitórias*

Letra e melodia: Eyhnã Pataxó
(Aldeia Velha)

Música do Fogo de 51

*Eu vou contar agora/ O que aconteceu/ No ano de 51/
O que meu povo sofreu*

*Teve índio que sofreu/ Pensando que ia morrer/ Com
as mãos amarradas/ Impedido até de comer*

*Eu vou pedir/ Ao povo do Brasil inteiro/ Para dar
apoio ao índio/ Pois somos todos brasileiros*

*Outros correram para bem longe/ Pensando que
estavam em paz/ Quando olharam pra frente/ Quase
caíram pra trás/ Tinha um grupo de homens/ Todos
estavam armados/ Prontos para destruir/ A vida
daqueles coitados*

*Eu vou pedir/ Ao povo do Brasil inteiro/ Para dar
apoio ao índio/ Pois somos todos brasileiros*

*Se o índio tivesse direito/ Como outra nação tem/ Não
existia conversa/ De nada também*

*Eu vou pedir/ Ao povo do Brasil inteiro/ Para dar
apoio ao índio/ Pois somos todos brasileiros*

Letra: Autor Desconhecido (Barra Velha)

Hino Pataxó – Barra Velha

Brasil, que vive alegre e muito valoroso,

Brasil, que vive alegre para enfrentar

As nossas armas já estão seguras,

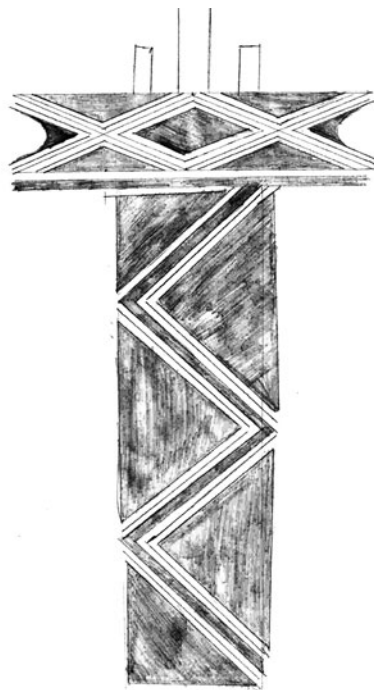
E de repente mandam me chamar.

*Barra Velha para ser feliz, porque somos donos dessa
terra*

Ó pátria amada quando canta o seu hino

O Pataxó compreende o seu destino.

Autor desconhecido



Histórias e Narrativas Pataxó

Txôpay

Txôpay, o Deus guerreiro que desceu à Terra, ensinou seu povo a sobreviver caçando, pescando, plantando e colhendo. Ensinou a época para cada atividade de acordo com as diferentes fases da lua. Na época da lua cheia, todos sabiam que no litoral era tempo de fartura de peixe e outros frutos do mar. Aprendemos a viver em harmonia e comunhão com a natureza.

Pataxó

Certo dia, um grupo de índios estava pescando quando ouviu o som das águas do mar, batendo nas pedras. O primeiro encontro da água com a rocha fazia “PA”, as águas subiam e, ao descer, batiam novamente nas pedras fazendo “TA”, e ao retornarem para o mar faziam “XÓ”. A partir desse momento, aquele grupo nômade que vivia livremente no litoral ficou conhecido como o povo “PATAXÓ”.

Mito da criação da mandioca, da farinha e da jaroba (cauim)

Isso aconteceu há muito tempo mesmo, quando Txôpay estava andando pela terra e ia ensinando toda a sua sabedoria a seus parentes.

A mandioca ia ser deixada para ser plantada na terra e quando ela estivesse no ponto de ser desfrutada pelo índio, não seria preciso arrancar, raspar, relar e torrar para fazer a farinha. Os pés das mandiocas seriam plantados e dariam com pouco tempo, em cada pé, uma quantidade de cabaças cheias de farinha. Quando arrancasse ali, não precisaria de mais nada, era só comer a farinha que já vinha pronta. Ela seria de dois tipos: a de puba e a de guerra. Aquele que experimentasse e gostasse de uma das duas, começaria a cultivar a plantaçoão do tipo que gostasse.

Mas a história é que o danado do índio achou que assim não iria dar certo e perguntou para Txôpay:

- E a jaroba, Txôpay?

O índio achou que se tivesse a farinha pronta, não teria como fazer a jaroba. Por isso, nosso protetor falou:

- Então vai ficar do jeito que está pedindo, só que você vai esperar um ano e vai ter muito trabalho para plantar a mandioca, limpar a roça, e quando for arrancar, tenha muito cuidado para não machucar a raiz, senão ela ficará amarga. Vai raspar a mandioca para tirar parte da casca que é venenosa, ralar a mandioca e também os dedos para tirar o sangue ruim do corpo e torrar a farinha para poder comê-la.

O índio estava com tanta vontade de beber a jaroba que não esperou nem a mandioca fazer um ano, arrancou-a e fez a jaroba. Foi aí que pela teima do índio, a jaroba azedou e ele adorou. Por isso que da mandioca fazemos a jaroba das festas e rituais, mas é preciso arrancar a mandioca antes de um ano. A mandioca serve também para fazer farinha, beiju, comer assada ou cozida.

De qualquer jeito o índio ganhou muito, não foi? Txôpay já sabia que era assim mesmo, mas ele queria fazer a coisa ficar melhor para o índio, mas o índio não quis.

Com isso, o índio ganhou várias coisas: a mandioca, a farinha e a jaroba.⁴³

História da Patioba

A patioba é uma planta que tem diversas utilidades para o povo Pataxó, serve como embalagem para transportar farinha, animais mortos e

⁴³ Pajé Itambé, Emília Conceição de Jesus e Nilson Braz da Conceição apud Professores Indígenas: Povo Pataxó, 2005, p. 107).

também como meio de comunicação.

A patioba também guarda muitos segredos: nos seus pés mora NAÔ KATUBAYÁ (Espírito da Mãe da Mata). Quando alguém vai para as florestas caçar e por alguma malvadeza fere um animal, ou corta árvores sem necessidade, a pessoa é encantada por esse espírito, que o deixa perdido na floresta sem encontrar o caminho de volta. Mesmo que ela passe perto do caminho, na vista dela, está tudo cerrado. Se a pessoa não souber fazer uma simpatia para prender este espírito, ela fica perdida a vida toda. Como os Pataxó conhecem os segredos da floresta, conseguem desfazer o encanto com facilidade. Depois de liberta, a pessoa deve voltar ao local para desfazer a simpatia e soltar o espírito, caso contrário o espírito prende novamente a pessoa na floresta⁴⁴.

A lenda de Amesca

A amesca é uma árvore medicinal usada pelo povo Pataxó na prevenção de várias doenças, tais como sinusites, dores de cabeça e várias outras.

A Amesca era uma índia pataxó que desde criança foi escolhida pelo seu povo para ser uma grande guerreira, por isso ela não podia se casar e ter filhos. Passados muitos anos, Amesca cresceu e se tornou uma jovem muito bonita e logo se apaixonou por um índio que também era Pataxó. Logo Amesca engravidou e até então estava tudo bem, mas com o passar do tempo, Amesca descobriu que estava grávida de gêmeos. Segundo os mais velhos da sua aldeia, quando uma índia ficasse grávida de gêmeos teria que sacrificar um dos dois, pois acreditavam que um deles viria para praticar o bem e o outro para fazer o mal. Amesca não queria que seu filho morresse e então passou os nove meses chorando e pensando no que ela iria fazer para salvar seu filho.

No dia do seu parto, Amesca deu à luz aos seus dois filhos e morreu. Assim, os mais velhos acreditaram que a maldição morreu com

⁴⁴ Nascimento, 2003, p. 37-8.

ela e que seu filho estava livre da maldição. Então o seu povo enterrou Amesca e foi embora daquele lugar. Passou-se muito tempo até que os Pataxó voltaram ao lugar onde tinham enterrado Amesca e em cima do seu túmulo viram que tinha nascido um grande pé de árvore.

Eles colocaram o nome dessa árvore de Amesca. Essa árvore soltava uma resina branca parecida com uma lágrima e dava duas frutinhas grudadas e muito doces. Os índios logo observaram que essa resina era as lágrimas da índia e que os frutos eram os seus filhos gêmeos⁴⁵.

O Fogo de 51

No ano de 1951, aconteceu uma guerra muito triste em Barra Velha. O capitão da aldeia, Honório Ferreira e mais três Pataxó viajaram até o Rio de Janeiro para reivindicar seus direitos e suas terras. Como não possuíam dinheiro para a viagem, eles saíram a pé, com a previsão de retornar somente quando conseguissem ser ouvidos.

No Rio de Janeiro, o tal Rondon falou que tomaria as devidas providências, enviando engenheiros para demarcar as terras Pataxó. Então Honório e seu grupo retornaram de viagem, mas acompanhados de dois homens brancos que diziam ser engenheiros e que viriam demarcar as terras.

Os dois homens chegaram na aldeia iludindo os índios para roubar a venda do senhor Teodomiro. Os índios receberam-nos inocentemente, sem saber o que poderia acontecer. Fizeram uma reunião e alguns decidiram realizar o saque enquanto outros foram contra. Pegaram Teodomiro, amarraram, carregaram, jogaram-no na praia e roubaram toda a mercadoria. Por uma coincidência, ia passando um homem que perguntou o que estava acontecendo. Teodomiro disse que foram os índios que fizeram isso com ele. Este homem foi até a linha do telégrafo e comunicou à polícia de Porto Seguro e Prado. Quando eles souberam disso, cortaram toda a linha para que não houvesse mais comunicação.

⁴⁵ História contada por Luis Caixeiro na Aldeia Velha em fevereiro de 2011.

No dia seguinte, de madrugada, os policiais chegaram já atirando. Teve até troca de tiros entre os policiais de Prado e Porto Seguro, que pensaram que os tiros vinham dos índios. Acabaram morrendo nesse tiroteio muitos índios e muitos policiais. Quando os policiais perceberam que não eram os índios que estavam atirando, juntaram suas forças para atacar.

Foi assim que começou o massacre do povo Pataxó. Estupro de mulheres e espancamentos, crianças morrendo nas pontas das baionetas e muitos índios fugindo para a mata, para se esconder. Foi terrível esse massacre e até hoje o povo Pataxó chora quando os mais velhos contam essa história tão triste e violenta.

Os índios que se esconderam nas matas ficaram muito tempo ali. Maria Calango era uma benzedeira que tinha o poder de esconder pessoas e objetos. Nesse período, ela se escondeu num oco de pau velho e a reza era tão forte que fazia as armas não atirarem.

Nesse massacre horrível, arrancaram o couro da cabeça do velho Júlio, fizeram ele comer o próprio couro de sua cabeça e correr de Barra Velha até Caraíva com uma cangalha nas costas, apanhando de chicote.

Os velhos e as criancinhas que não podiam correr por ali mesmo iam morrendo, porque os homens entravam dentro das casas a cavalo e pisavam por cima de tudo. Entre outros casos que aconteceram, uma índia pegou carona em um barco até Salvador, fugindo com medo de ser morta.

Pinturas Corporais

A pintura corporal é um bem cultural de grande valor para os Pataxó. Ela representa parte da história, sentimentos do cotidiano, os bens e o sagrado. Por muito tempo, as pinturas foram pouco usadas e quase se perderam. Mas hoje, depois de pesquisas e discussões em comunidade, os

⁴⁶ Professores Indígenas: Povo Pataxó, 2005, p. 87.

Pataxó retornaram a usar a pintura corporal em festas tradicionais e no dia-a-dia em apresentações de danças.

Existem pinturas para o rosto, braços, costas e pernas. Usam-se pinturas específicas para os homens, mulheres e crianças. As pinturas têm diversidade de tamanho e significados, servem como meio de comunicação entre os membros da aldeia. Os homens e mulheres casadas usam pinturas simples para não chamar muita atenção, enquanto os solteiros e as solteiras usam pinturas e artefatos que chamem bastante atenção, com intenção de seduzir a pessoa do sexo oposto. Também existem tipos de pintura e tinta que são mais usados quando se está em estado de luta; e outros que são mais usados para simbolizar momentos de luto. Outros ainda servem para definir e mostrar a beleza de quem está pintado.

Utilizam-se os seguintes materiais para se fazer as pinturas: mikaré, kanuru, tap'oke, tawá, eaotó e txiagã, ou seja, jenipapo, urucum, carvão e barros vermelho e branco. Nas pinturas corporais, são usadas as cores vermelhas, preta e branca. A cor vermelha é usada na guerra; a preta é usada no luto de parente; e a branca significa paz.

As pinturas dos braços e do rosto são iguais para todas as aldeias e membros Pataxó. As pinturas das pernas, das costas e do tórax são livres desde que respeitem os braços e cores da tradição Pataxó e o estado de espírito de quem pinta e de quem está sendo pintado⁴⁶.

Celebrações

Dia do Índio

19 de abril ficou consagrado como o Dia do Índio porque, em 1940, aconteceu o primeiro Congresso Indigenista Interamericano, em Patzcuaro, México. Nesse Congresso, houve a participação e aprovação de recomendações propostas por delegados indígenas do Panamá, Chile, Estados Unidos e México.

Esta data não é uma verdadeira comemoração, como consta na versão de muitos não índios, nos livros didáticos utilizados em suas

escolas. Esse dia permite e favorece um momento de reflexão para mostrar a resistência dos povos indígenas, suas lutas e movimentos, baseados em perdas, sofrimentos, persistência e conquistas. Por isso, neste dia os Pataxó organizam passeatas e manifestações pacíficas com faixas, cartazes e caminhadas tanto dentro da aldeia, quanto fora, com a participação de diversas aldeias da região que vêm participar também dos Jogos Indígenas Pataxó de Coroa Vermelha.

Mas a comemoração desse dia não se limita às atividades realizadas na aldeia Coroa Vermelha. Tanto em Barra Velha, quanto na Aldeia Velha há a realização de manifestações e atividades de reafirmação das tradições, cultura e história das comunidades. Particularmente, na Aldeia Velha, após o assassinato do índio Galdino Pataxó em Brasília, que foi queimado de uma forma brutal em um ponto de ônibus, a festa do índio passou a ser realizada no dia 29 de abril, quando se realiza também a Festa da Retomada da Aldeia Velha.

Aragwaksã

Desde 1999, no dia primeiro de agosto, é comemorado na Reserva da Jaqueira na Aldeia Coroa Vermelha, o ARAGWAKSÃ, um ritual tradicional do povo Pataxó, ele que todos se reúnem para fortalecer a sua comunidade e os seus espíritos enquanto guerreiros. Esse fortalecimento ocorre por meio das danças, dos cantos, ao som dos maracás e das pisadas firmes sobre a terra, que não são para destruí-la, mas para reconhecer que é dela a força, o alimento e o ar que respiram.

O ARAGWAKSÃ é um dia importante para o povo Pataxó, pois nele se reúnem mais de quinze aldeias, os pajés e as lideranças. É um dia de grande confraternização, quando ocorrem os rituais sagrados, cantos, danças, casamentos tradicionais e a prática de modalidades esportivas.

Em 2011, se realizará o décimo segundo ARAGWAKSÃ, resultado de muito trabalho, de uma semente plantada e que está gerando muitos frutos. É um exemplo do que os Pataxó podem fazer juntos e unidos. Conforme explicou Jandaia (Jucélia Alves dos Santos), de 37 anos, que juntamente com sua família foi uma das pioneiras no trabalho de afirmação

cultural do povo Pataxó, o ARAGWAKSÃ é uma lembrança dos tempos em que os antepassados resistiram e lutaram em favor do seu povo.

O ARAGWAKSÃ é realizado na Reserva da Jaqueira, lugar que foi criado a partir da necessidade de fortalecer a cultura e vivenciar e praticar os costumes e tradições. Lugar sagrado, onde é possível sentir a força de Niamusu. Onde se escuta o canto dos pássaros, o barulho do vento nas folhas das árvores, onde se pode ver a beleza da floresta. O ARAGWAKSÃ é um momento em que se pode aprender com os mais velhos e ensinar as crianças e todos os que queiram conhecer mais da cultura Pataxó. Ele abre espaço para a vivência da cultura e afirmação da identidade Pataxó com o objetivo de ter uma comunidade fortalecida e mais consciente de sua origem étnica. A realização do ARAGWAKSÃ é, portanto, importante para o compartilhamento dos conhecimentos indígenas por meio de atividades e rituais tradicionais.

Festas de Santos

A Festa de Santos é uma das manifestações em que mais percebemos os processos de contato e troca que os Pataxó viveram ao longo de séculos de um projeto colonialista, numa história que não se baseou apenas na exploração econômica e sujeição política dos territórios.

A Igreja desempenhou papel estratégico nessa tarefa, seja por meio da incorporação de novos hábitos, seja pela proibição de hábitos tradicionais⁴⁷. Além disso, o período pós-colonial também foi marcado por processos de contato e trocas sociais e culturais entre as diversas etnias indígenas e a população não indígena. Inevitavelmente, esse processo influenciou os costumes e tradições dessas populações. Assim, as festas de santo tornaram-se comemorações importantes em muitas aldeias, inclusive nas aldeias Pataxó. Mas é importante levar em consideração que essas festas, assim como outras manifestações da cultura Pataxó, foram reelaboradas por meio de experiências e de valores fundamentais para essa população.

⁴⁷Todorov, 1993.

Em Coroa Vermelha, portanto, há a festa dos Santos Reis entre os dias 5 e 6 de janeiro. Uma das principais atividades dessa festa é a brincadeira do reisado que se inicia na segunda semana de dezembro e termina no dia seguinte ao dos Santos Reis com a festa dos foliões. O senhor Pedro da Assunção Miranda, de 56 anos, é um dos pioneiros da brincadeira e atualmente é o “chefe dos mascarados”. Ainda nessa aldeia realiza-se a festa de São Cosme e São Damião nos dias 19 e 20 de setembro.

Na Aldeia Velha, comemora-se o dia de São Benedito, o 27 de dezembro. E em Barra Velha, há a configuração de um ciclo festivo que inicia-se no dia 8 de dezembro, dia de Nossa Senhora da Conceição; continua com a comemoração dos Santos Reis; segue para a festa de São Sebastião, nos dias 19 e 20 de janeiro; e finalmente, nos dias 2 e 3 de fevereiro, encerra-se na festa de São Braz, que tem uma característica especial por ser também uma festa de comemoração de uma das famílias mais representativas das comunidades Pataxó, a família Braz.

A festa de São Braz

Comemorada nos dias 2 e 3 de fevereiro, a festa de São Braz surgiu na década de 80, quando seu Zé Coruja, da família Braz, juntamente com sua esposa, Maria Coruja, e alguns amigos como Bidu, Conceição e Luís, se uniram para comemorar essa data e homenagear a família dos Braz. A data já era comemorada em alguns lugares da região, como Arraial d’Ajuda, Itaporanga e Vale Verde, mas eles decidiram fazer uma comemoração especialmente em Barra Velha.

Nas primeiras festas, cada família colaborava com o que tinha: o porco, o cauim, o licor de mangaba e a farinha de puba não faltavam. Hoje em dia, há a escolha do festeiro (que pode ser mais de um) que fica encarregado de fornecer o almoço do dia 2 de fevereiro e as bebidas para todos os foliões e para os sambadores durante os três dias de festa.

As principais atividades da festa de São Braz são: o samba na casa dos festeiros durante todas as noites da festa; o almoço no dia que antecede o dia do santo; e o encerramento no dia 3 de fevereiro, quando todos vão

para a mata buscar o mastro de São Braz e passar pelas casas em cortejo, deixando em cada casa um pouco da casca do mastro. “Essa casca deixada na casa leva energia positiva para toda a família. É como se fosse a areia dos pés de São Braz entrando em nossa casa”, explica Urubu Pataxó.

Às 16h, todos participam da subida do mastro e há a entrega do ramo para o(s) novo(s) festeiro(s), quando se canta a seguinte música:

Hoje eu vou/ Eu vou fazer a minha festa/ Se Deus quiser me ajudar/ Sereia, Sereia

Meu senhor São Braz/ Hoje chegou o dia/ Vamos festejar/
Com toda alegria

Meu senhor São Braz/ Vem cá, vem ver/ A nossa batalha/ Que não quer vencer

Arrasta, arrasta, índio da floresta (bis)/ Viemos lá da mata pra fazer a nossa festa/ Dando viva e louvor, meu pai guerreiro/ Meu senhor São Braz (bis)

Meu Senhor/ Cadê o licor que não sai/ Eu já comi, já bebi/ E o tira-gosto taí

Autor desconhecido

Lugares

Juacema

Contam que, no buraco onde surgiu o primeiro de nós, hoje conhecido com Lagoa Encantada ou Lagoa Tola, existe muito ouro. Mas ninguém consegue pegá-lo, por conta do grande jacaré amarelo, o guardião da Lagoa, protetor de todos os seus segredos. Os mais velhos contam que a lagoa tem esse nome porque, diante do perigo, suas águas correm para

cima, enganando os forasteiros que desrespeitam seus encantos e querem suas riquezas.

Hoje, Juacema é mais reservado, tornando-se um lugar sagrado e de difícil acesso. Desejamos que seja mantido assim, cheio de simbologia e significado sobre a origem de nosso povo e preservado para as gerações futuras, pelo bem da cultura e memória Pataxó.

Reserva da Jaqueira

Esse espaço sempre foi considerado pelos Pataxó um lugar sagrado, morada dos espíritos, lugar de rituais, repleto de muita energia positiva.

A Reserva da Jaqueira, por decisão coletiva, foi transformada numa reserva permanente da comunidade. Nesse espaço, são realizados trabalhos de revitalização e afirmação da cultura Pataxó, educação ambiental aliada ao etnoturismo para o desenvolvimento sustentável, e divulgação da história e aspectos da cultura, mostrando o modo Pataxó de viver, ocupar o território e preservar os costumes e tradições em harmonia com a natureza .

Monte Pascoal

Considera-se que o Monte Pascoal foi o primeiro ponto de terra avistado pelos portugueses em 1500. Transformado em Parque Nacional, possui uma área de 22.500 hectares que é compartilhada com a reserva indígena dos Pataxó. Após anos sob jurisdição do IBDF, em 1999, através de várias reuniões do Conselho de Caciques das aldeias Pataxó e algumas tentativas de reconquista, os índios conseguiram mostrar que possuem capacidade para cuidar desse patrimônio que por direito deveria pertencer ao seu território.

Atualmente, o trabalho de fiscalização do Parque é realizado por profissionais indígenas capacitados para combater incêndios e atuar

como agentes ambientais. Essa nova forma de atuação evidencia não só o compromisso dos povos indígenas com a preservação do meio ambiente, mas também a importância do monte como um marco das lutas dessa população. Nesse marco, está a vida e o sangue dos antepassados que morreram na esperança da reconquista daquele local.

Sambaqui

Depósitos constituídos por materiais orgânicos, ossos, conchas e outros materiais calcáreos que, com a ação do tempo, acabaram por sofrer uma fossilização química, difundindo o cálcio em toda a estrutura e petrificando os detritos e ossadas por ventura ali existentes. Atualmente, existem dois sambaquis localizados na TI Aldeia Velha.

Para Paty Pataxó, a grande importância dos sambaquis para a cultura Pataxó é a comprovação de que muito antes da chegada dos portugueses, o seu povo já habitava essa região, possuía seus costumes, suas tradições. O sambaqui é o cemitério do povo Pataxó, onde estão enterrados não apenas pessoas, mas todo um modo de vida.

REFERÊNCIAS

Agentes Promotores de Cidadania da comunidade Pataxó de Coroa Vermelha. Karnêtu Sappet Pataxó/ Nosso Caderno Pataxó. Salvador: Centro de Referência Integral de Adolescentes (CRIA)/ Instituto das Tribos Jovens (ITJ)/ Unicef.

ARANTES, Augusto et alii. Museu Aberto do Descobrimento: guia cultural. Campinas: Andrade e Arantes/IPHAN 2001.

CARVALHO, Maria Rosário; Souza, Jurema Machado. Pataxó Hã-hã-hãe. Disponível em: <http://pib.sociambiental.org/pt/povo/pataxo-ha-ha-hae/print>. Acesso em janeiro de 2011.

CARVALHO, Maria Rosário Gonçalves de. Os Pataxó de Barra Velha: seu sistema econômico. 1977. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

Professores Indígenas: Povo Pataxó. Leituras Pataxó: raízes e vivências do povo pataxó nas escolas/ Secretaria de Educação. Salvador: MEC/ FNDE/ SEC/ SUDEB, 2005.

Professores Indígenas: Povo Pataxó. Alfabetizando nas escolas Pataxó/ Secretaria de Educação. Salvador: MEC/ SECAD/ CGEEI, 2007.

Professores Pataxó do Extremo Sul da Bahia. Uma história de resistência Pataxó. Salvador: Associação Nacional de Ação Indigenista/ CESE, 2007.

NASCIMENTO, Gerdion Santos do. Manual das atividades culturais e de ecoturismo na Reserva Pataxó da Jaqueira. Aldeia Indígena Pataxó Coroa Vermelha, 2003.

PATAXÓ, Ângelo. Ipê: Aldeia Velha Uma Conquista Uma História. Aldeia Velha.

PATAXÓ, Nitynawã. História Pataxó. Aldeia Indígena Pataxó Coroa Vermelha.

PATAXÓ, Katão. Trioká Hahão Pataxi – Caminhando pela história Pataxó. Bahia: SEBRAE/ Gráfica Santa Helena, 2000.

SAMPAIO, José Augusto Laranjeiras. Sob O Signo Da Cruz. Relatório Circunstanciado De Identificação E Delimitação Da Terra Indígena Pataxó Da Coroa Vermelha. In: AGOSTINHO DA SILVA, Pedro Manuel, et alii. Tradições étnicas entre os Pataxó no Monte Pascoal: subsídios para uma educação diferenciada e práticas sustentáveis. Vitória da Conquista: Núcleo de Estudos em Comunicação, Culturas e Sociedades. NECCSos - Edições UESB, 2008.

TODOROV, Tzevetan. A História da América: a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

WIED-NEUWIED, Maximilian Prinz Von. Viagem ao Brasil. São Paulo: Itatiaia/ Edusp, 1989.

PARA SABER MAIS

AGOSTINHO DA SILVA, Pedro Manuel, et alii. Tradições étnicas entre os Pataxó no Monte Pascoal: subsídios para uma educação diferenciada e práticas sustentáveis. Vitória da Conquista: Núcleo de Estudos em Comunicação, Culturas e Sociedades. NECCSos - Edições UESB, 2008.

AGOSTINHO, Pedro (Org). O Índio na Bahia. Revista da Cultura, Ano I, No. 1. Salvador, 2001.

CARVALHO, Maria R. G. de. Os Pataxó de Barra Velha: seu sub-sistema econômico. UFBA. Salvador, ms., 1977.

DANTAS, Beatriz G., SAMPAIO, Jose Augusto L. & CARVALHO, Maria Rosário G. 1998. Os Povos Indígenas no Nordeste Brasileiro. Um Esboço Histórico. In: CUNHA, Manuela C. da (Org.) História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras. p. 431-456.

EMMERICH, Charlotte & Ruth Monserrat. Sobre os Aimorés, Krens e Botocudos. Notas Lingüísticas. Boletim do Museu do Índio. Antropologia no. 3, Rio de Janeiro; Brasil, 1975.

FAUSTO, Carlos. Fragmentos de História e Cultura Tupinambá. Da Etnologia como Instrumento crítico de conhecimento etno-histórico. In: CUNHA, Manuela C. da (org.) História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 381- 396.

GALVÃO, Eduardo. Indigenous Culture Areas of Brazil, 1900-1959. In: Indians of Brazil in the twentieth century. Washington: Institute for Cross-Cultural Research, 1967, p. 169-205.

MÉTRAUX, A & NIMUENDAJU, C. The Mashacali, Patachó and Malalí Linguistic Families. In: Handbook of South American Indianas. Vol I. New York: Cooper Square Public, Inc., 1963, p. 229-263.

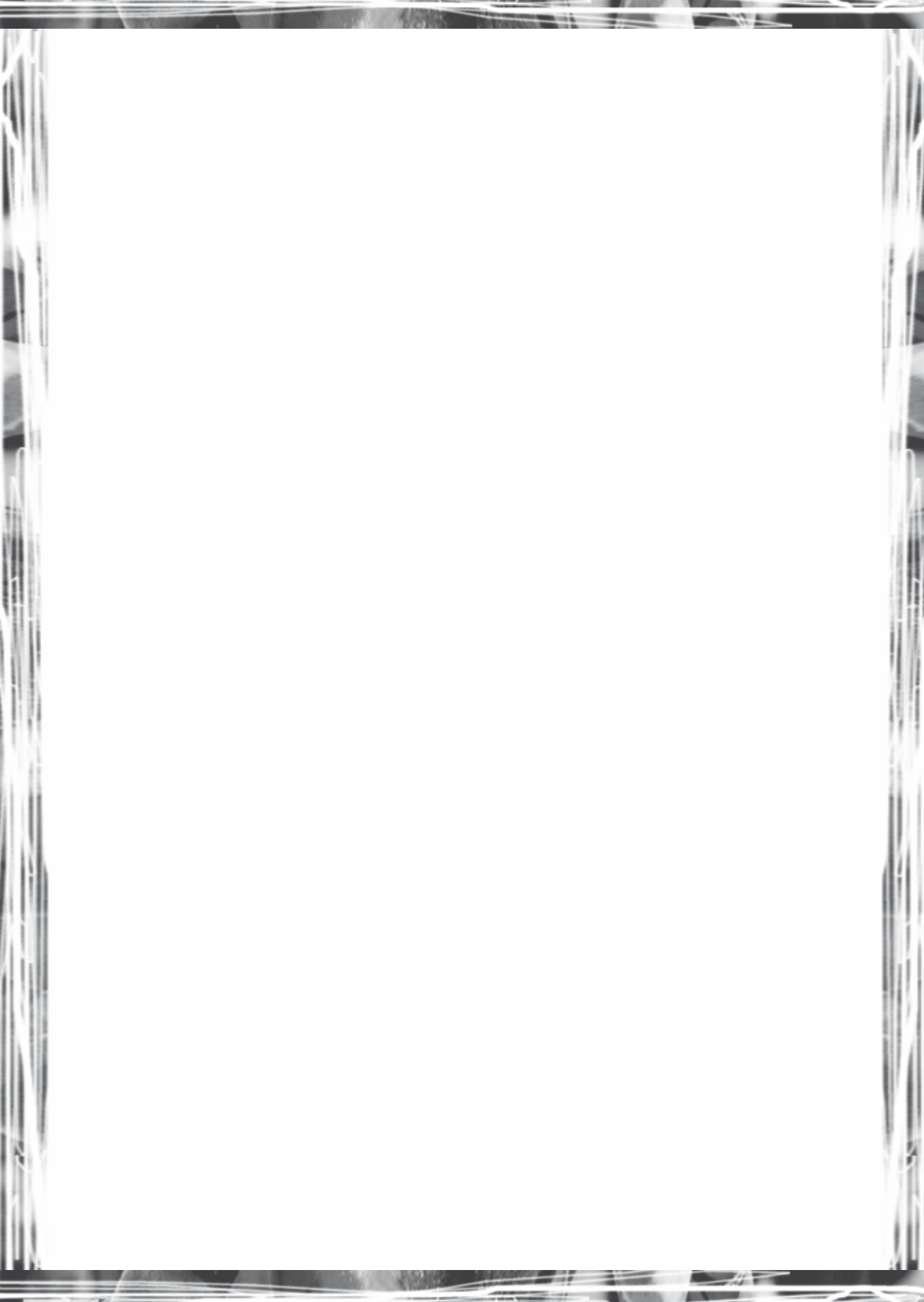
MELATTI, Júlio Cesar. Índios do Brasil. Brasília: Editora Coordenada de Brasília, 1970.

NOBREGA, Manuel de. [1570]. Cartas do Brasil: 1549-1570. Belo Horizonte & SaoPaulo: Itatiaia & EDUSP, 1988.

OLIVEIRA, Cornélio V. de. Barra Velha: o Último Refúgio. Londrina: [s.n.], 1985.

PETROVICH, Iane R. G.: Convivência Multicultural e Desenvolvimento: a práxis encontro das tribos jovens (etj). Dissertação (Mestrado em Gestão Social e Desenvolvimento em Educação). Faculdade de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

RIBEIRO, Darcy. O Processo Civilizatório. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.



Stilo 
GRÁFICA
71 3503-3555